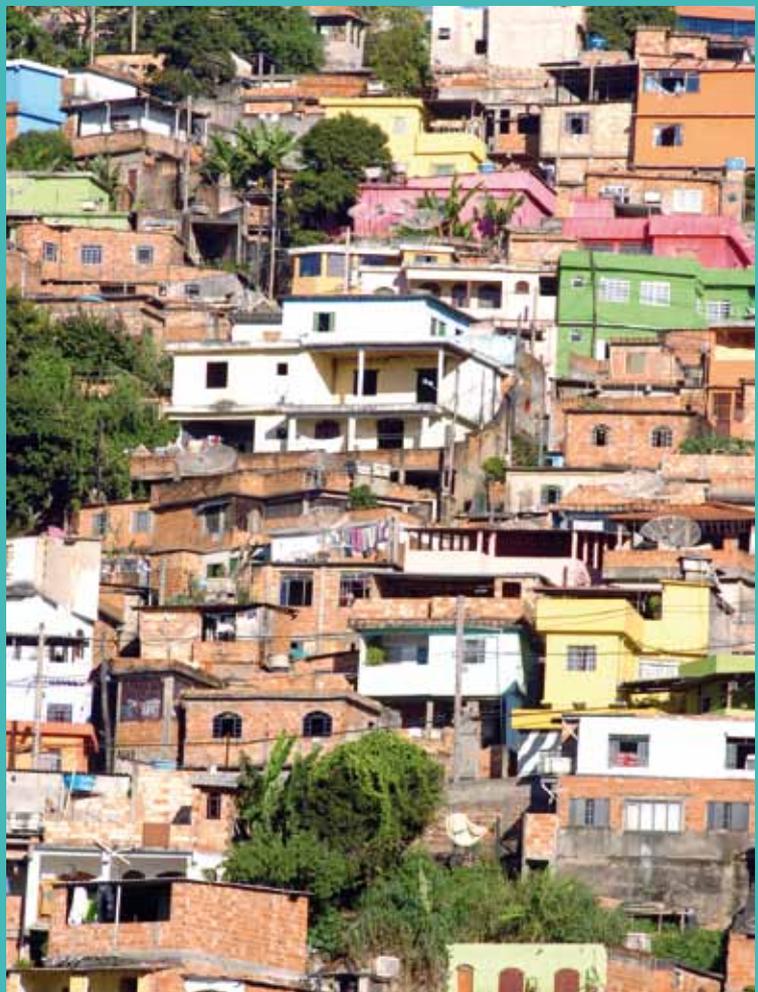


g100

**MUNICÍPIOS POPULOSOS
COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
E ALTA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA**



Esta publicação foi lançada no:

I ENCONTRO DOS MUNICÍPIOS COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

pequenos negócios, qualidade ambiental urbana e erradicação da miséria

De 27 a 29 de março de 2012

Realização:



Parcerias:



Apoio:



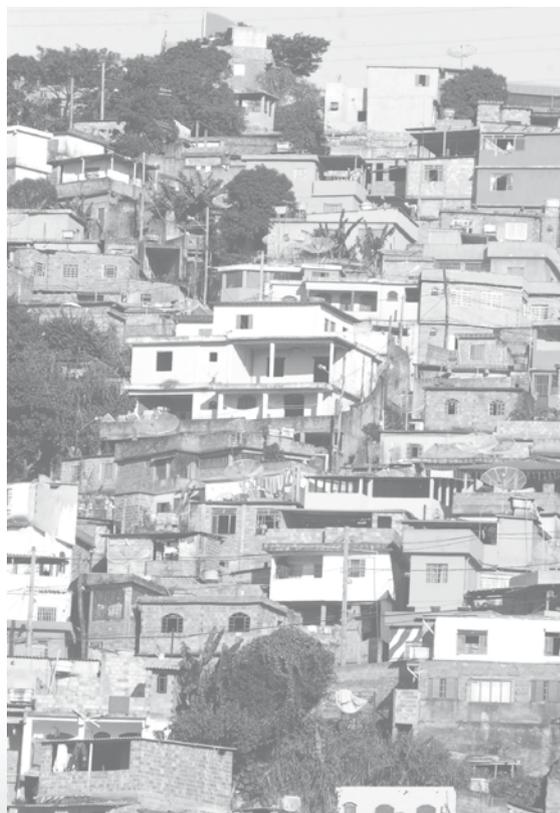
Patrocínios:



g100

**MUNICÍPIOS POPULOSOS
COM BAIXA RECEITA PER CAPITA
E ALTA VULNERABILIDADE
SOCIOECONÔMICA**

MARÇO 2012



APRESENTAÇÃO

FOTO: ACERVO FNP



A Frente Nacional de Prefeitos (FNP) tem um histórico de atuação pautado pelos interesses dos municípios brasileiros e pela construção de um pacto federativo equilibrado entre os três níveis de governo. Uma demonstração nesse sentido foi a criação do **g100**, um grupo formado por cem cidades com mais de 80 mil habitantes, com os mais baixos níveis de receita pública per capita do país e alta vulnerabilidade socioeconômica de seus habitantes. Ou seja, um grupo formado por municípios de médio e grande porte com pouca receita e muitos desafios.

O **g100** objetiva evidenciar e sensibilizar o Brasil sobre as condições socioeconômicas das cidades que o integram e avançar na construção de propostas viáveis que tornem mais justa a distribuição de recursos entre seus municípios. O **g100** reivindica tratamento diferenciado e favorecido nas políticas públicas da União e dos estados, uma vez que o pacto federativo em vigor não sustenta o atendimento das suas populações.

A maior vitória do **g100** até este momento foi seu reconhecimento pelo Governo Federal. Suas demandas entraram na pauta da União com os anúncios feitos pelo Ministério da Educação (MEC) e pela presidenta Dilma Rousseff de considerar os municípios com mais de 80 mil habitantes e com baixa receita corrente per capita como critério para a definição das cidades que devem abrigar novos campi universitários e escolas técnicas. Depois do MEC, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e outros órgãos federais também anunciaram medidas que consideram o **g100**, especialmente nos programas de inclusão produtiva urbana do Plano Brasil Sem Miséria, envolvendo qualificação profissional, microcrédito e outras ações voltadas para as famílias mais carentes.

Esta publicação é mais um marco na caminhada do **g100**. É uma ferramenta de mobilização em busca de uma federação mais justa e equilibrada. Pois somente assim, teremos um país que ofereça qualidade de vida para todos os cidadãos, independentemente do município em que residam. Com ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social das cidades o Brasil será capaz de eliminar muitas injustiças.

As prefeitas e prefeitos são solidários às causas do **g100**.

João Coser

Prefeito de Vitória-ES

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos



Em abril de 2011, o movimento municipalista brasileiro deu um grande passo. Naquele mês a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) criou diversas vice-presidências em sua estrutura, dentre as quais a Vice-Presidência de Assuntos das Cidades Populosas com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica para cuidar dos assuntos de interesse do **g100**.

A mim, prefeito de Aparecida de Goiânia, uma das cidades integrantes do **g100**, coube a tarefa de coordenar a recém-criada Vice-Presidência. Com o apoio de outras prefeitas e prefeitos que conhecem e enfrentam o dia-a-dia dos municípios com as características do **g100**, temos aumentado nossa mobilização. Em setembro 2011 realizamos, em Brasília, o I Encontro dos Municípios do **g100**.

Nossa voz se faz ouvir. O Governo Federal mostrou-se sensível às causas do **g100** ao anunciar políticas compensatórias. Ou seja, a União entendeu o significado do movimento e a justeza de suas proposições. Afinal, não devemos tratar de forma igual os desiguais. É preciso enfrentar os desafios do processo de urbanização brasileiro das últimas décadas. Nesse sentido, esta publicação busca apresentar não só as dificuldades e desafios mas também os avanços já obtidos pelo **g100**.

Agradeço as prefeitas e prefeitos de todo o país, e em especial aos colegas do **g100**. Este movimento político é resultado da articulação coletiva de toda a FNP. Parabéns a todos.

Maguito Vilela

Prefeito de Aparecida de Goiânia-GO

Vice-Presidente para Assuntos das Cidades Populosas com
Alta Vulnerabilidade Socioeconômica

SUMÁRIO

NOTA METODOLÓGICA	05
g100	
21,5 milhões de pessoas vivem em Municípios com baixa receita per capita.....	06
BAIXA RECEITA PER CAPITA	
g100 tem menos da metade da receita corrente per capita dos demais municípios populosos.....	10
PERFIL ECONÔMICO	
Bom desempenho do PIB não diminui disparidades do g100 com os demais municípios.....	18
REDE URBANA	
Maioria dos municípios do g100 situa-se em áreas de concentração populacional.....	26
PERFIL DEMOGRÁFICO	
As taxas de crescimento populacional do g100 superam a média nacional.....	30
EDUCAÇÃO	
Desempenho do g100 no Ideb preocupa.....	34
SAÚDE	
Pessoas residentes no g100 são mais dependentes dos serviços públicos de saúde.....	38
VIOLÊNCIA	
Dois terços do g100 possuem taxas de homicídio superiores à média nacional.....	44
CONQUISTAS	
g100 é reconhecido pelo Governo Federal.....	46
CONCLUSÃO	51
INDICADORES DO g100	52
REFERÊNCIAS	56

Realização:



SRTVS, Quadra 701, Bloco H, Lote 10, Sala 603 – Brasília-DF
CEP: 70340-910 – Fone: (61) 3044-9800
www.fnp.org.br - e-mail: secretaria@fnp.org.br

Elaboração



Rua Dr. Eurico de Aguiar, nº 888 - sala 504
Vitória - ES - CEP 29056-200
Telefones: (27) 3235-7841 - 3235-7546
E-mail: aequus@aequus.com.br
www.aequus.com.br

FNP Presidente: João Caser (Prefeito de Vitória/ES) • **1º Vice-Presidente Nacional:** Gilberto Kassab (Prefeito de São Paulo/SP) • **2º Vice-Presidente Nacional:** Eduardo Paes (Prefeito do Rio de Janeiro/RJ) • **1º Vice-Presidente de Rel. Internacionais:** Luizianne Lins (Prefeita de Fortaleza/CE) • **2º Vice-Presidente de Rel. Internacionais:** Eduardo Tadeu (Prefeito de Várzea Paulista/SP) • **Secretário-geral:** Edvaldo Nogueira (Prefeito de Aracaju/SE) • **1º Secretário:** Sílvio Barros (Prefeito de Maringá/PR) • **2º Secretário:** Gustavo Reis (Prefeito de Jaguariúna/SP) • **Vice-Presidente para Assuntos das Cidades Populosas com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica:** Maguito Vilela (Aparecida de Goiânia/GO) • **Secretário Executivo:** Gilberto Perre

g100 - Municípios Populosos com Baixa Receita per Capita e Alta Vulnerabilidade Social/Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. (Março 2012). Vitória, ES: Aequus Consultoria, 2012

CDU: 336.1

NOTA METODOLÓGICA

Seleção dos municípios do g100 – Foram selecionados os 100 municípios de menor receita corrente per capita de um conjunto de 348 municípios com mais de 80 mil habitantes, que apresentaram seus balanços contábeis para o exercício fiscal de 2010 à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) até outubro de 2011. Esse conjunto contempla 97,8% dos municípios brasileiros com mais de 80 mil habitantes. Os dados utilizados estão disponíveis para consulta pública no site da STN. Os municípios que não apresentaram os dados à STN até aquela data foram: Itabuna-BA, Porto Seguro-BA, Cametá-PA, Barcarena-PA, Tucuruí-PA, São Félix do Xingu-PA, Bayeux-PB e Balsas-MA.

Receita corrente per capita – a receita corrente auferida pelas administrações públicas municipais divididas pelo contingente populacional do município de acordo com as estimativas populacionais e o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi o indicador escolhido para medir e comparar a capacidade que as prefeituras possuem para financiar suas políticas públicas e atender aos habitantes com serviços públicos. Não foi utilizada a receita total, pois ela inclui recursos que não ingressam com regularidade nos cofres municipais, como os obtidos através da contratação de operações de crédito, convênios ou repasses voluntários da União ou do Estado.

Despesas com educação e saúde – referem-se às despesas empenhadas com as funções educação e saúde nos balanços contábeis disponibilizados pela STN.

Taxas geométrica de crescimento anual – equivale ao incremento médio anual da variável, medido pela expressão $i = \left(\sqrt[t]{\frac{P^{final}}{P^{inicial}}} \right) - 1$, onde i é a taxa de crescimento geométrico; t é o tempo (em anos) transcorrido entre as duas variáveis; $P^{inicial}$ é o valor da variável no início do período; e P^{final} é o valor da variável no fim do período.

Atualização monetária – à exceção do que estiver explicitamente mencionado, todos os dados monetários foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo IBGE, com a finalidade de possibilitar a comparação entre diversos períodos. Foram utilizados índices médios anuais, corrigindo-se os valores para preços médios de 2011.

21,5 MILHÕES DE PESSOAS VIVEM EM MUNICÍPIOS COM BAIXA RECEITA PER CAPITA

A FNP decidiu dar continuidade aos estudos sobre o **g100** a fim de melhor entender as carências e distorções relacionadas com o grupo e aprimorar o debate de alternativas à situação atual.

Um grupo formado por cem cidades com mais de 80 mil habitantes, com os mais baixos níveis de receita pública per capita do país e alta vulnerabilidade social de seus habitantes. Uma trágica ironia do símbolo que nasceu para identificar o grupo dos sete países mais poderosos do mundo, o G-7, o **g100** saltou aos olhos dos dados compilados pelo anuário *Multi Cidades – Finanças dos Municípios do Brasil*, editado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) em parceria com a Aequis Consultoria, cuja primeira versão foi publicada 2005. O prefeito de Mauá (SP), Oswaldo Dias, foi um dos pioneiros nesta luta.

Durante sua 57ª Reunião Geral, realizada em Florianópolis-SC em abril de 2010, a FNP divulgou um documento que materializava o **g100**: municípios pobres, com baixíssima capacidade de geração de empregos, reduzida renda familiar per capita, sendo grande parte deles localizados na periferia das capitais de estados, caracterizados pela baixa arrecadação de tributos próprios e desfavorecidos pela legislação no que toca à redistribuição dos recursos arrecadados pelos estados e pela União. As consequências não são difíceis de an-



CARAPICUÍBA-SP POSSUI A 7ª MENOR RECEITA POR HABITANTE DO g100

tever: baixos investimentos em infraestrutura e serviços essenciais e indicadores de saúde e educação abaixo da média nacional. Em ambiente tão desfavorável, os níveis de violência estão, é claro, entre os mais elevados.

Um ano depois, a FNP criou em sua estrutura a Vice-Presidência para Assuntos das Cidades Populosas com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica, conhecida por **g100**. O ex-governador de Goiás (1995-1998) e ex-Senador, Maguito Vilela, hoje prefeito de Aparecida de Goiânia-GO, um dos municípios integrantes do **g100**, foi eleito para coordenar as atividades do grupo.



FOTO: CESAR DINIZ/PULSAR IMAGENS

A partir de então, foi intensificado o trabalho da FNP no sentido de ampliar a conscientização da sociedade e do Governo Federal com o objetivo de buscar soluções para os problemas enfrentados pelos municípios que integram o **g100**, o grupo dos municípios populosos mais excluídos da federação.

Uma das decisões da FNP foi a de dar continuidade aos estudos sobre as cidades que compõem o **g100** a fim de melhor entender as carências e distorções relacionadas com o grupo e aprimorar o debate de alternativas à situação atual. A publicação que ora é lançada é parte desse contexto, trazendo informações atualizadas, utilizando

novos indicadores e ampliando as análises relativas ao **g100**. O objetivo desse trabalho não é, obviamente, esgotar o tema. Ao contrário, os dados e as questões aqui levantadas deverão suscitar novas indagações e um campo para se aprofundar a pesquisa a respeito do **g100** estará se abrindo.

Gestadas, em grande parte, no período de crescimento econômico que ocorreu a partir dos anos 1970, as cidades do **g100** abrigam atualmente cerca de 21,5 milhões de pessoas, o que equivale a 11,2% da população brasileira. Elas estão presentes em todo território nacional, a maioria em áreas de grande concentração populacional.

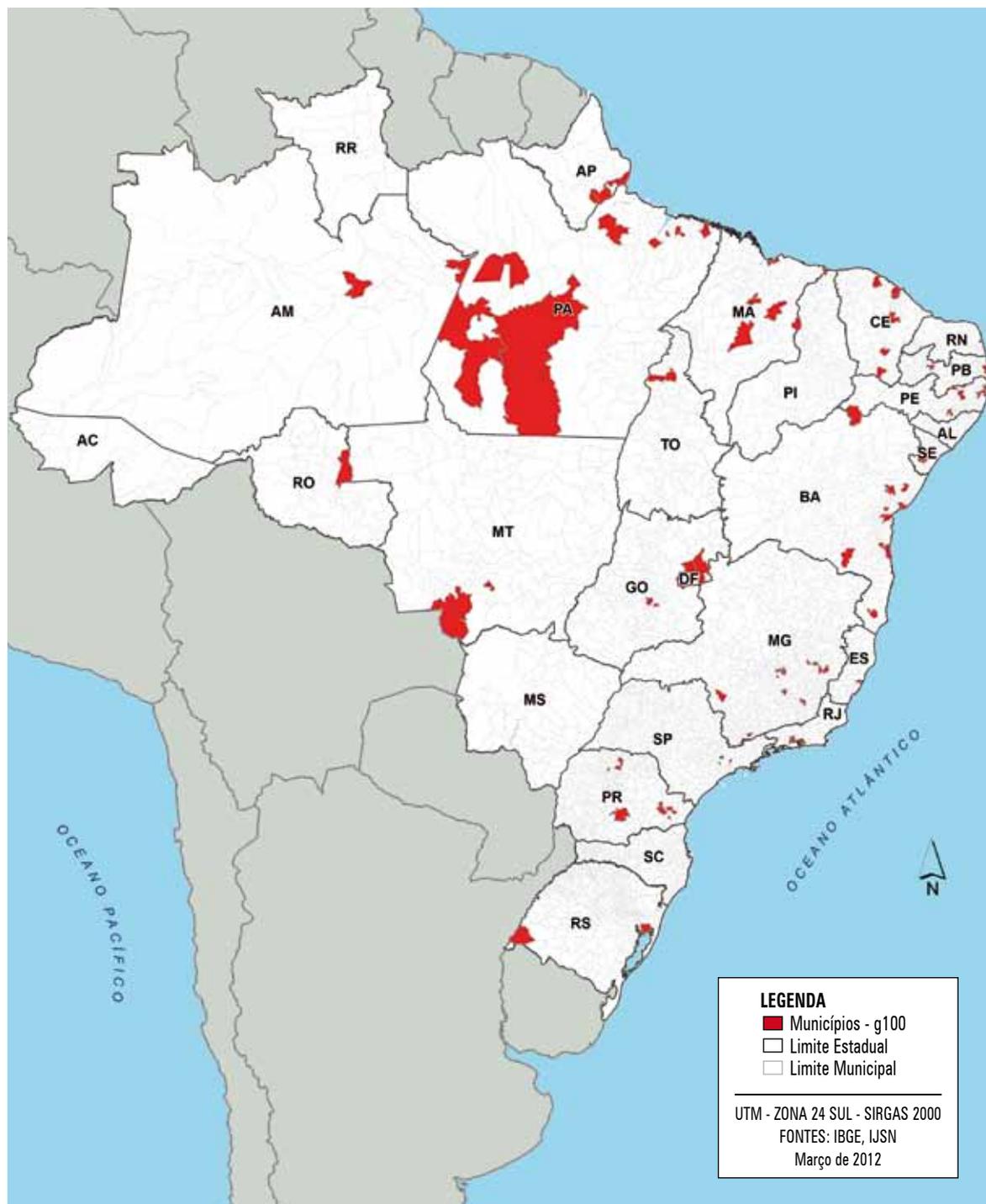
Federativamente, eles estão distribuídos indistintamente entre unidades mais ricas e mais pobres. Os estados que mais possuem municípios do **g100** são Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Paraná, cada um com 9 a 12 cidades. São Paulo, a unidade mais rica da federação, possui 5 cidades no grupo. Duas capitais também fazem parte do **g100**, Salvador-BA e Macapá-AP. No Amapá, o Município de Santana, vizinho à capital, também integra o grupo. Nas duas únicas cidades com mais de 80 mil habitantes do Estado residem 74,6% da população amapaense, segundo o Censo Demográfico de 2010, ou seja, três quartos da população vivem sob o signo de cidades com baixa receita per capita. Em Pernambuco, 12 dos 15 municípios com mais de 80 mil habitantes integram o **g100**. Em Sergipe a proporção é de 3 para 4. E, no Ceará, de 7 para 10. Em Pernambuco e na Bahia, cerca de 30% de suas populações habitam cidades com a marca da pobreza do grupo. No Pará, Rio de Janeiro e em Goiás, a presença é de cerca de 20%. ➤

NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO g100 E POPULAÇÃO POR **REGIÃO E ESTADO - 2010**

Região e Estado	Número de municípios do g100	População do g100	Participação da pop. do g100 na pop. do Estado
Norte	15	2.545.444	16,0%
Acre	0	0	0%
Amapá	2	499.466	74,6%
Amazonas	2	187.174	5,4%
Pará	9	1.591.710	21,0%
Rondônia	1	116.610	7,5%
Roraima	0	0	0,0%
Tocantins	1	150.484	10,9%
Nordeste	40	9.645.703	18,2%
Alagoas	0	0	0,0%
Bahia	8	4.183.348	29,8%
Ceará	7	1.103.533	13,1%
Maranhão	6	724.508	11,0%
Paraíba	2	220.984	5,9%
Pernambuco	12	2.722.514	31,0%
Piauí	1	145.705	4,7%
Rio Grande do Norte	1	202.456	6,4%
Sergipe	3	342.655	16,6%
Centro-Oeste	9	1.469.795	10,5%
Distrito Federal	0	0	0,0%
Goiás	7	1.129.257	18,8%
Mato Grosso	2	340.538	11,2%
Mato Grosso do Sul	0	0	0,0%
Sudeste	24	6.175.148	7,7%
Espírito Santo	1	348.738	9,9%
Minas Gerais	11	1.492.921	7,6%
Rio de Janeiro	7	3.187.753	19,9%
São Paulo	5	1.145.736	2,8%
Sul	12	1.614.980	5,9%
Paraná	9	1.054.488	10,1%
Rio Grande do Sul	3	560.492	5,2%
Santa Catarina	0	0	0,0%
Total	100	21.451.070	11,2%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

MUNICÍPIOS DO g100



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves/Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo.

g100 TEM MENOS DA METADE DA RECEITA CORRENTE PER CAPITA DOS DEMAIS MUNICÍPIOS POPULOSOS

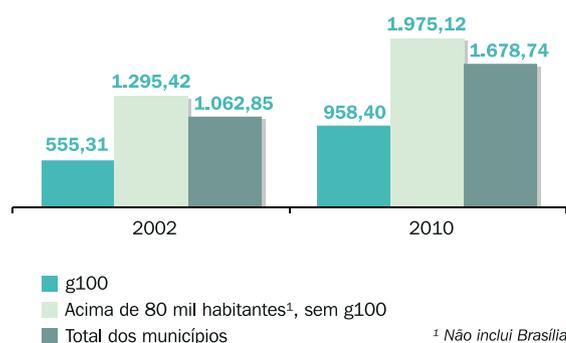
As cidades do **g100** não são favorecidas por nenhum dos critérios de distribuição dos principais recursos federais e estaduais e têm reduzida capacidade de arrecadação própria.

O **g100** é formado pelos cem municípios brasileiros de menor receita corrente per capita entre aqueles com mais de 80 mil habitantes. Para selecionar os municípios que integram o **g100** foi utilizada a receita corrente, ou seja, aquela que ingressa regularmente nos cofres municipais. Não foram consideradas as receitas esporádicas, como operações de crédito, alienação de bens públicos nem as transferências voluntárias da União e dos estados, classificadas como receitas de capital.

Em 2010 a receita corrente per capita média dos municípios que integram o **g100** foi de R\$ 958,40 (valor atualizado para 2011 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) correspondendo a 57,1% da média nacional e a menos da metade (48,5%) do auferido pelos demais municípios com mais de 80 mil habitantes. A distância que separa o **g100** do conjunto das cidades brasileiras, apesar de ainda ser grande, sofreu ligeira queda nos últimos anos. Em 2002, sua receita corrente per capita correspondia a 52,2% da média nacional.

RECEITA CORRENTE PER CAPITA

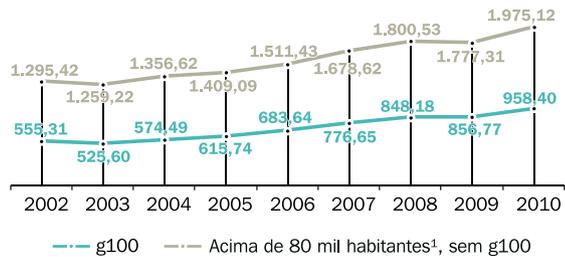
em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE PER CAPITA

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

A baixa receita corrente per capita dos municípios do g100 tem sua origem na forma com está estruturado o Sistema Tributário Nacional



FOTO: PREFEITURA DE RIBEIRÃO DAS NEVES





ALTAMIRA É UM
DOS 9 MUNICÍPIOS
PARAENSES
NO g100. SEU
EXTENSO
TERRITÓRIO É
MAIOR QUE O DE
VÁRIOS PAÍSES
E ESTADOS DO
BRASIL

A baixa receita corrente per capita dos municípios do **g100** tem sua origem na forma com está estruturado o Sistema Tributário Nacional. Ele foi montado em meados dos anos 1960, em meio às reformas fiscal e financeira promovidas pelo regime militar. Apesar de alguns remendos, ele é o mesmo em sua essência. Seu desenho atual não atende às necessidades de financiamento das cidades populosas com baixo dinamismo econômico. Entre outros aspectos, a dinâmica do crescimento populacional e a conformação da rede urbana das cidades brasileiras nas últimas quatro décadas tornaram obsoleto o sistema de partilha de recursos entre os entes locais de governos.

O Sistema Tributário Nacional está assentado em bases exclusivas de tributação, com competências claramente delineadas entre os três níveis de governo. Em linhas gerais, compete à União arrecadar o Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e as contribuições. Aos estados, cabe o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Causa Mortis* (ITCD). Aos municípios pertence o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre

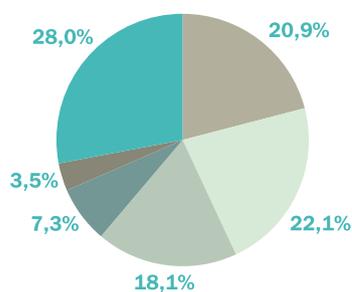
a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI).

O sistema é complementado por um mecanismo de transferências verticais de recursos, cujas principais funções são desconcentrar a arrecadação tributária dos níveis superiores em direção aos níveis inferiores de governo e redistribuir os recursos entre as regiões do país. Para as cidades, as principais transferências são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), proveniente da União, e a Quota-parte Municipal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (QPM-ICMS) e metade da arrecadação do IPVA, procedentes dos governos estaduais.

Como desdobramento desse arranjo, as receitas municipais se apóiam, principalmente, nos tributos próprios, no FPM, na QPM-ICMS e, em menor peso, no IPVA, sendo que a importância de cada um desses itens no orçamento varia conforme o porte

populacional, a região e as condições econômicas das municipalidades. Na média, esses recursos responderam por 64,7% da receita corrente dos municípios brasileiros em 2010. Se incluídos os repasses advindos da União para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), esses recursos responderam por 72% da receita corrente municipal.

COMPOSIÇÃO DA RECEITA CORRENTE DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS - 2010



- Tributos ■ FPM ■ IPVA
- ICMS ■ SUS ■ Demais receitas correntes

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
Elaboração: Aequus Consultoria.

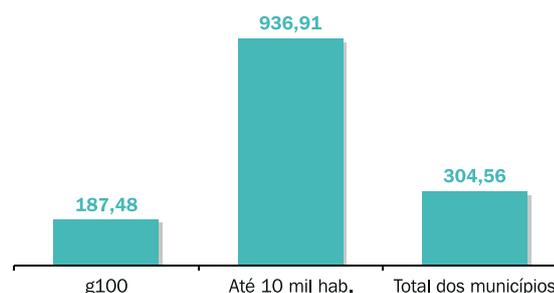
Da arrecadação sobre o IR e IPI, a União transfere 23,5% para os municípios, recursos que compõe o FPM. Ele é subdividido em três fundos: o FPM-Interior, formado por 86,4% do total, destinado aos municípios do interior; o FPM-Capital (10% do total) transferido exclusivamente às capitais estaduais; e o FPM-Reserva (3,6%) designado unicamente aos municípios do interior com mais de 142.633 habitantes.

Pelas regras de distribuição, quanto maior o município mais recursos em termos absolutos ele recebe a título de FPM. Entretanto, as pequenas cidades são muito mais favorecidas em termos proporcionais. No ano de 2010, por exemplo, as cidades com até 10 mil habitantes receberam, em média, R\$ 936,91 per capita de transferências da União a título de FPM, ao passo que os municípios que compõem o **g100** receberam apenas R\$ 187,48 por habitante, portanto, 20% daquele

valor. As regras de distribuição beneficiam os pequenos municípios, pois eles possuem uma capacidade muito restrita de alavancar sua base de arrecadação própria.

FPM PER CAPITA - 2010

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

FOTO: AEB PHOTO LIBRARY



A RECEITA TRIBUTÁRIA PER CAPITA DE PARNAÍBA-PI É MENOS DA METADE DA REGISTRADA PELO g100



BAIXA RECEITA PER CAPITA

Saiba mais sobre FPM

O FPM é formado pela parcela de 23,5% da arrecadação líquida do IR e do IPI, sendo 22,5% definido pela Constituição Federal (artigo 159) e mais 1% creditado no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55/2007).

Os municípios do interior recebem o FPM de acordo com o seu número de habitantes. São ordenadas 18 faixas populacionais com os respectivos coeficientes de distribuição (veja a tabela dos coeficientes a seguir). A cada município é atribuído um coeficiente, de acordo com o seu enquadramento numa das faixas populacionais. A tabela de coeficientes foi concebida de modo a garantir uma relação favorável aos municípios menos populosos, permitindo-lhes receber, proporcionalmente, mais recursos de FPM do que os mais populosos.

COEFICIENTES PARA DISTRIBUIÇÃO DO FPM-INTERIOR

Faixa populacional	Coeficiente
Até 10.188 habitantes	0,6
De 10.189 a 13.584 habitantes	0,8
De 13.584 a 16.980 habitantes	1,0
De 16.981 a 23.772 habitantes	1,2
De 23.773 a 30.564 habitantes	1,4
De 30.565 a 37.356 habitantes	1,6
De 37.357 a 44.148 habitantes	1,8
De 44.149 a 50.940 habitantes	2,0
De 50.941 a 61.128 habitantes	2,2
De 61.129 a 71.316 habitantes	2,4
De 71.317 a 81.504 habitantes	2,6
De 81.505 a 91.692 habitantes	2,8
De 91.693 a 101.880 habitantes	3,0
De 101.881 a 115.464 habitantes	3,2
De 115.465 a 129.048 habitantes	3,4
De 129.049 a 142.632 habitantes	3,6
De 142.633 a 156.216 habitantes	3,8
Acima de 156.216 habitantes	4,0

Fonte: Decreto-lei nº 1.881/1981. Elaboração: Aequus Consultoria.

O requisito para um município participar do Fundo de Reserva é o de possuir coeficiente individual de 3,8 ou 4,0, sem prejuízo de participar do FPM-Interior. O rateio das parcelas do FPM destinadas aos municípios integrantes do Fundo de Reserva e às capitais é realizado com base nos critérios de população e inversamente à renda per capita. Para efeito dos cálculos, é utilizado o PBI per capita dos estados calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

A utilização do inverso da renda per capita visa a beneficiar os municípios localizados em estados com economias menos dinâmicas. Assim, quanto menor a renda per capita estadual maior o repasse de FPM. Nota-se, entretanto, que o critério não é capaz de captar as disparidades econômicas entre municípios existentes dentro de um mesmo Estado, o que é prejudicial às cidades de menor renda.

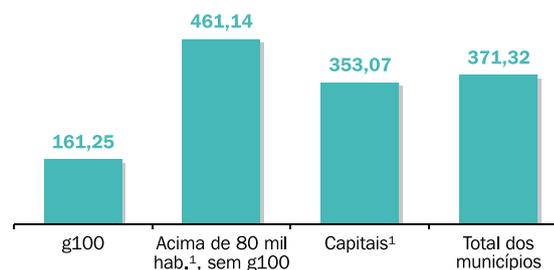
A QPM-ICMS municipal, por sua vez, é formado por 25% da arrecadação estadual do imposto. A Constituição Federal, em seu artigo 158, determina que os estados devem distribuir, no mínimo, 75% do ICMS devido aos municípios de acordo com o produto da economia gerado no município (valor adicionado) e os demais 25% de acordo com os critérios adotados no próprio Estado. Ou seja, a maior parcela do ICMS é transferida de acordo com a riqueza gerada nos limites de cada município, beneficiando assim aqueles que contam com um maior dinamismo na agricultura, comércio e indústria.

Como os municípios que integram o **g100** têm baixo dinamismo econômico, mas são muito populosos, acabam recebendo valores bastante modestos de ICMS proporcionalmente às suas populações. Em 2010, eles receberam uma média de R\$ 161,25 de ICMS por habitante, valor que equivaleu a pouco mais de um terço

(35%) da média das demais cidades com mais de 80 mil habitantes e a menos da metade (43,4%) da média geral dos municípios do Brasil.

ICMS PER CAPITA - 2010

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.



FOTO: DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

JUAZEIRO DO NORTE-CE, ALÉM DA BAIXA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS RECEBE MENOS DE R\$ 100,00 POR HABITANTE A TÍTULO DE QPM-ICMS

BAIXA RECEITA PER CAPITA

Também reflexo das condições socioeconômicas, a receita de IPVA do **g100** em 2010, de R\$ 30,83 per capita, é muito inferior ao valor auferido pelos demais municípios com mais de 80 mil habitantes (R\$ 92,86) e da média nacional (R\$ 59,56). O recolhimento do IPVA é de competência dos estados, sendo que metade da arrecadação é repassada aos municípios onde os veículos são licenciados.

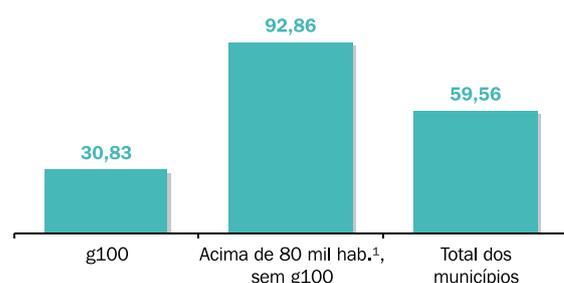
Por sua vez, os repasses que os municípios recebem da União para o financiamento dos serviços de saúde são realizados de acordo com dois critérios básicos: uma parcela dos recursos é distribuída de acordo com a população municipal (parcela fixa), e outra de acordo com a produção em termos de procedimentos médicos,

ambulatoriais e hospitalares realizados pelo SUS municipal (parcela variável).

Em 2010, o repasse para o SUS per capita no **g100**, de R\$ 142,51 em 2010, foi inferior ao dos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, de R\$ 185,27 e também ao do total dos municípios, de R\$ 156,33. Tal discrepância deve-se ao fato da grande maioria dos integrantes do **g100**, 81 cidades, contar com pouca estrutura para a prestação de serviços em saúde, o que leva parte de seus habitantes a buscar alguns tipos de atendimento em outras cidades que os ofereçam. Com produção proporcionalmente menor, mais baixo é o nível do repasse para o SUS per capita. Veja mais detalhes na seção sobre Saúde na página 38.

IPVA PER CAPITA - 2010

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011

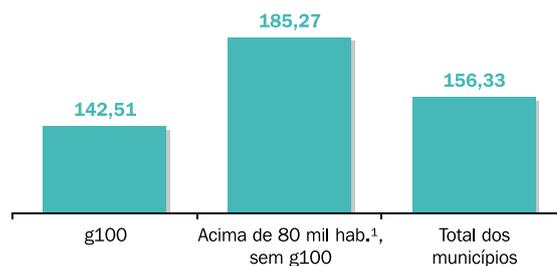


¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

REPASSES PARA O SUS PER CAPITA - 2010

em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

SALVADOR-BA
(AO LADO) E
MACAPÁ-AP SÃO
CAPITAIS QUE
ESTÃO NO g100



FOTO: MAURICIO SIMONETTI/PIUSAR IMAGENS

Resta avaliar se os tributos próprios seriam a alternativa de financiamento para as cidades do **g100**. Em que pese o esforço de arrecadação que suas prefeituras realizaram nos últimos anos, a resposta é negativa.

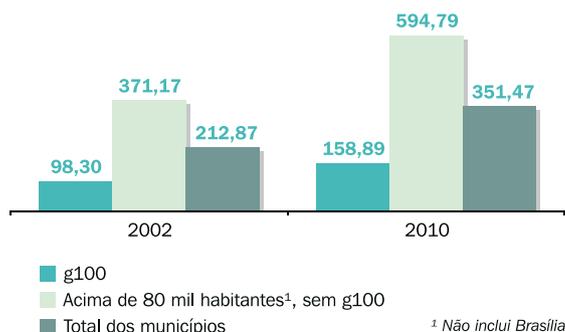
No período de 2002 a 2010, a taxa geométrica de crescimento anual da arrecadação dos tributos próprios do **g100** foi de 7,5%, praticamente a mesma verificada na média dos municípios brasileiros (7,6%), nas capitais (7%) e nas demais cidades com população acima de 80 mil habitantes (7,3%). Mesmo com todo esforço de arrecadação feito pelo **g100**, sua receita tributária per capita situa-se em patamares bastante inferiores aos das demais cidades. Em 2010, o valor foi de R\$ 158,89 para o **g100**, o que equivaleu a pouco mais de um quarto da receita das demais cidades com população acima de 80 mil habitantes e a menos da metade (45,2%) da média nacional.

Com uma economia frágil, as administrações fazendárias das cidades do **g100** têm um estreito raio de manobra para aumentar as receitas próprias. A arrecadação do ISS, por exemplo, vê-se limitada por uma estrutura de serviços pouco diversificada e normalmente centrada em atividades tradicionais de baixa capacidade contributiva, como a de serviços pessoais, quando não, simplesmente informais.

No caso do IPTU, o baixo nível de arrecadação está associado ao padrão muitas vezes rudimentar das edificações residenciais, forçando as administrações fazendárias a conceder um grande número de isenções previstas para edificações de baixo valor venal. Os imóveis comerciais, por sua vez, seja quantitativa ou qualitativamente, também não potencializam a arrecadação do IPTU. Os mesmos fatores podem ser elencados para explicar o baixo potencial de arrecadação com o ITBI e as taxas são pouco exploradas em função da baixa capacidade contributiva dos seus cidadãos.

RECEITA TRIBUTÁRIA PER CAPITA

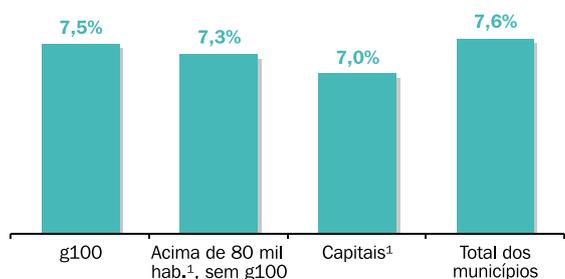
em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

2002-2010



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Aequus Consultoria.

Em síntese, dadas as regras estabelecidas no Sistema Tributário Nacional, observa-se que a estrutura produtiva pouco desenvolvida das cidades que integram o **g100** lhes confere um baixo potencial de arrecadação de tributos municipais, ao mesmo tempo em que a geração de valor adicionado ocorre em níveis insuficientes para lhes garantir uma participação satisfatória na distribuição do ICMS. Concomitantemente, também não são bem servidas pelo FPM, cuja função primordial é dotar de recursos as municipalidades menos populosas.

PERFIL ECONÔMICO

BOM DESEMPENHO DO PIB NÃO DIMINUI DISPARIDADES DO g100 COM OS DEMAIS MUNICÍPIOS

O ritmo da expansão do mercado interno de consumo e do emprego nas cidades do **g100** nem de longe foi suficiente para reverter a enorme distância que as separa dos indicadores prevaletentes nos municípios com estruturas produtivas mais desenvolvidas.

As economias das cidades do **g100** caracterizam-se por possuir baixo dinamismo econômico, fator que contribui para o baixo nível de receita pública per capita. O fato também ajuda a explicar a fraca capacidade de geração de empregos, o menor nível de renda das famílias em relação aos demais municípios e a existência de uma proporção maior de pessoas em situação de pobreza extrema nos territórios das cidades do grupo.

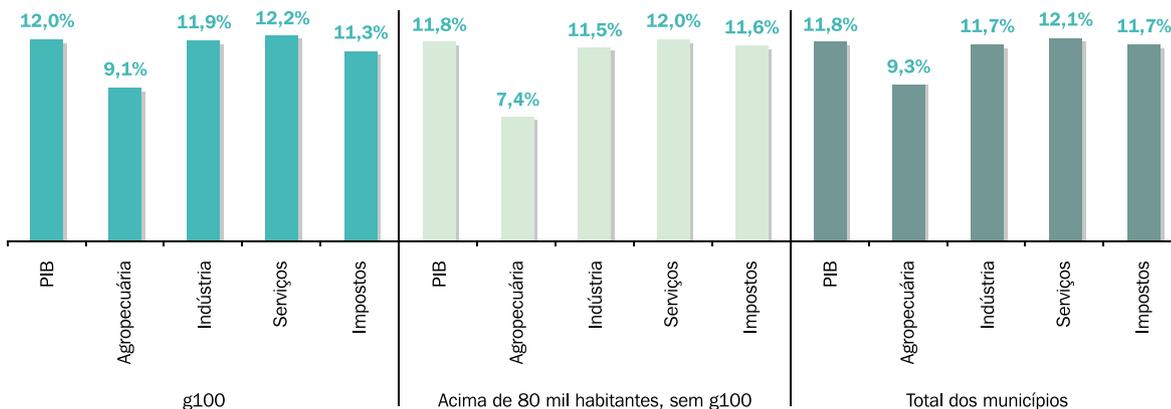
PIB - Segundo dados do IBGE, o PIB do **g100** avançou 12% ao ano em termos nominais entre 2002

e 2009, variação ligeiramente superior ao agregado dos municípios com população acima de 80 mil habitantes (excluído o **g100**) e em relação ao total dos municípios. Em dois importantes setores econômicos (indústria e serviços) essa tendência também se manifestou. Somente na agropecuária a expansão anual do valor adicionado do total dos municípios brasileiros foi superior ao resultado do **g100** (9,3% contra 9,1%). No entanto, o desempenho econômico dos municípios do **g100** não se traduziu na redução das disparidades em relação às cidades mais desenvolvidas.

MESMO COM SUA PUJANTE AGROPECUÁRIA CÁCERES-MT ESTÁ ENTRE AS 100 MENORES RECEITAS PER CAPITA DO PAÍS



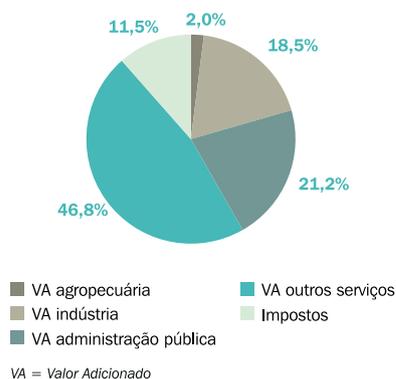
TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO PIB E DO VALOR ADICIONADO SETORIAL - 2002-2009



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

Em 2002, o valor médio do PIB per capita do **g100** atingiu R\$ 4,4 mil (em valores corrigidos pelo IPCA), o que equivaleu a 35,8% do PIB per capita das demais cidades com população acima de 80 mil habitantes (R\$ 12,4 mil) e a 52,5% da média nacional. Apesar de o crescimento ter sido expressivo no período, o PIB per capita do **g100** atingiu R\$ 8,7 mil em 2009, o que não foi suficiente para que se aproximasse do valor médio dos demais municípios com população acima de 80 mil habitantes, de R\$ 24,7 mil. Ao contrário, houve até uma ligeira regressão, para 35,2%.

COMPOSIÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS DO g100 - 2009



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

FOTO: THOMAZ VITA NETO/PULSAR IMAGENS



SÃO JOSÉ DO RIBAMAR-MA, FICA NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS E TEM O 2º MENOR PIB PER CAPITA DO g100

PERFIL ECONÔMICO

Outro fator que evidencia a fragilidade das economias dos municípios do **g100** é a composição setorial do PIB. No **g100**, em 2009, a participação do valor adicionado da indústria e dos serviços no total foi de, respectivamente 18,5% e 46,8%. Já para as demais cidades com população superior a 80 mil habitantes, a parcela do valor adicionado desses setores foi maior: 23,1% e 48,3%, respectivamente. Os números refletem a frágil industrialização e o baixo nível de sofisticação dos serviços, este último caso, característico das populações mais carentes.

Nota-se ainda que o peso da administração pública na composição do PIB do **g100**, de 21,2% é quase o dobro do verificado nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, de 11,8%. Além disso, quanto à participação dos impostos no valor do PIB o **g100** perde longe: 11,5% contra 16% nos demais municípios de grande e médio porte.

EM ILHÉUS-BA,
APENAS 26% DA
POPULAÇÃO ENTRE 15
E 60 ANOS DE IDADE
POSSUI EMPREGO
FORMAL



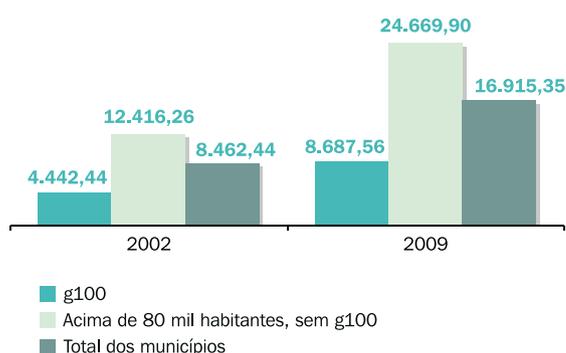
COMPOSIÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES, EXCETO OS DO g100 - 2009



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Aequus Consultoria.

PIB PER CAPITA

em R\$ 1,00 - correntes

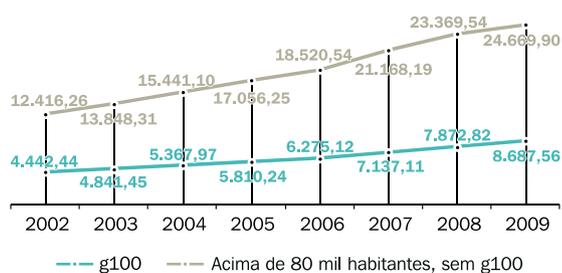


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Aequus Consultoria.



EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA

em R\$ 1,00 - correntes



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Aequus Consultoria.

EMPREGO E RENDA – Conforme é possível apurar na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no período de 2002 a 2010, os municípios do **g100** apresentaram um crescimento médio anual na geração de postos de trabalho formal de 6,3%, taxa mais acentuada que a do conjunto das cidades brasileiras (5,5%) e também que das demais cidades com população acima de 80 mil habitantes (5,3%). O estoque de emprego formal no **g100** sofreu acréscimo de 1.268.929 nesse período, ou seja, um aumento de 63,6%. Do total dos 3.263.903 empregos do **g100**, 74,9% concentraram-se nos serviços e no comércio. A indústria gerou 16,6%, a construção civil, 6,8% e a agricultura, apenas 1,7%.

Apesar do resultado animador, a capacidade de gerar empregos por mil habitantes nesse grupo de cidades que se organiza em busca de um destino melhor ▶

PERFIL ECONÔMICO

ainda se manteve extremamente baixa, mesmo com alguma melhora: em 2002, as economias das cidades do **g100** ofertaram em média 102 empregos formais para cada mil habitantes, 42% do percentual oferecido pelas demais cidades com mais de 80 mil habitantes. Em 2010, a oferta subiu para 152 postos de trabalho por mil habitantes no **g100**, 45,5% do resultado verificado nos demais municípios do mesmo porte populacional que o grupo.

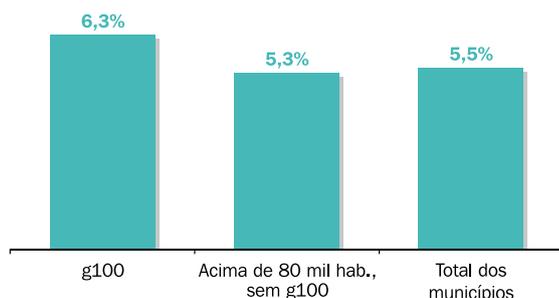
O movimento de crescente formalização dos empregos ocorreu na esteira do crescimento econômico,

sendo resultado de uma conjunção de fatores. Um aspecto que deve ter influenciado positivamente nas cidades do **g100** foi a implantação do Simples, previsto na Lei nº 9.317/1996, e a sua atualização por meio da Lei Complementar nº 123/2006 (Simples Nacional). O Simples incentivou a formalização do pequeno empreendimento ao introduzir o regime tributário, previdenciário e trabalhista simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte. Os pequenos empreendimentos são muito significativos para as economias dos municípios que integram o grupo.



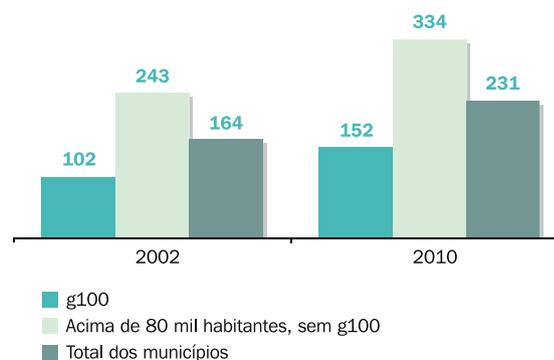
TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO EMPREGO

2002-2010



Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego.
Elaboração: Aequus Consultoria.

EMPREGO POR MIL HABITANTES



Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

FOTO: JUVENAL PERERAPULSAR/IMAGENS

Em 2010, as economias das cidades do g100 ofertaram em média 152 empregos formais para cada mil habitantes, 45,5% do percentual oferecido nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes

O MUNICÍPIO DE BREVES, NO PARÁ, COM 92.860 HABITANTES, POSSUI 21% DE SUA POPULAÇÃO URBANA NA EXTREMA POBREZA, 50% DA RURAL E 35,4% DA TOTAL



PERFIL ECONÔMICO

Em síntese, o crescimento persistente da economia brasileira nos últimos anos, embora oscilante em função da crise financeira internacional, influenciou positivamente o desempenho das economias do **g100**. Entretanto, o ritmo da expansão do mercado interno de consumo e do emprego vivenciadas por essas cidades nem de longe foi suficiente para reverter a enorme distância que as separa dos indicadores prevalentes nos municípios com estruturas produtivas mais desenvolvidas.

As informações do Censo de 2010 expõem claramente o problema: apesar do relativamente robusto aumento do PIB ao longo do período, o rendimento domiciliar per capita das famílias que habitam os municípios do **g100** continua muito baixo. Existe um percentual maior de domicílios das cidades do **g100** nos extratos inferiores de rendimento, sendo que 31,7% dos domicílios do grupo auferem um rendimento per capita de até meio salário mínimo. Nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes a parcela é de 17,9%. A ressaltar, em contraste, que a fatia dos domicílios localizados no **g100** e situados na faixa acima de dez

salários mínimos é de apenas 0,6% do total.

Os dados utilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para efeito de distribuição do Bolsa Família pelo Governo Federal, também evidenciam a maior carência da população que reside no **g100**. A partir dos dados censitários de 2010, o MDS estima que o Brasil possui 16,3 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, o que corresponde a 8,5% da população do país. Segundo o MDS, são considerados extremamente pobres os brasileiros cuja renda familiar per capita é inferior a R\$ 70,00 mensais.

Para o **g100** são estimadas 1,5 milhão de pessoas em situação de extrema pobreza, o que equivale a 7,4% de sua população. Apesar de ser um pouco inferior à média nacional, ele é mais que o dobro do número apurado nos demais municípios com população acima de 80 mil habitantes. Se consideradas apenas as pessoas que vivem em áreas urbanas (1,2 milhão de pessoas), o peso dos extremamente pobres na população do **g100** (6,1%) supera o indicador nacional e dos demais municípios de médio e grande porte.



PARINTINS-AM,
REGISTRA 66
EMPREGOS POR MIL
HABITANTES, UM
DOS MAIS BAIXOS
DENTRE O g100

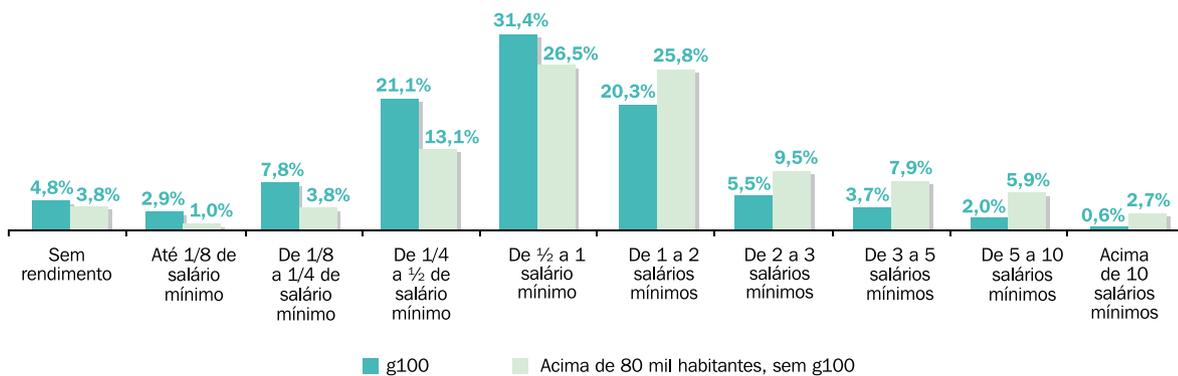
FOTO: PALE ZUPPAN/PULSAR IMAGENS



FOTO: PREFEITURA DE SÃO GONÇALO

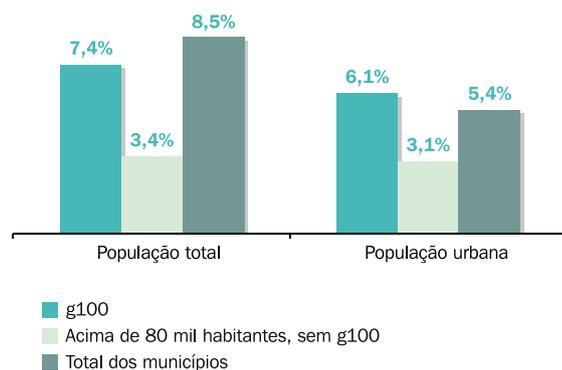
QUASE 1/3 DO PIB DE SÃO GONÇALO-RJ É GERADO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RENDIMENTO DOMICILIAR PER CAPITA - 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO EM EXTREMA POBREZA NA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA - 2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Elaboração: Aequus Consultoria.

FOTO: ALTON DE FREITAS / AGENCIA O GLOBO



MAIS DA METADE DA POPULAÇÃO DO g100 POSSUI RENDA MENSAL PER CAPITA DE 1/4 A 1 SALÁRIO MÍNIMO

MAIORIA DOS MUNICÍPIOS DO g100 SITUA-SE EM ÁREAS DE **CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL**

É evidente a necessidade da articulação intermunicipal em um processo de regionalização e ordenamento do território nacional. Os consórcios públicos são o instrumento mais avançado do marco jurídico-administrativo brasileiro para a promoção da cooperação federativa.

FOTO: AGB PHOTO LIBRARY



JABOATÃO DOS
GUARARAPES-PE, COM
644.620 HABITANTES,
PERTENCE À REGIÃO
METROPOLITANA DO RECIFE,
A MAIOR AGLOMERAÇÃO
URBANA DO NORDESTE

Os municípios que compõem o **g100** estão relativamente bem distribuídos entre a porção norte (norte e nordeste) e sul (sul e sudeste) do território brasileiro, sendo que o centro-oeste, por suas características populacionais e econômicas, abarca poucos municípios com mais de 80 mil habitantes. Observa-se ainda uma grande concentração desses municípios nas áreas de maior adensamento urbano, principalmente nas Áreas de Concentração Populacional (ACP) identificadas pelo IBGE na pesquisa *Regiões de Influência das Cidades – Regic 2007*.

As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou daquele de maior população.



FOTO: GABRIEL DE PAIVA - RI



Os recortes das ACPs definidos pelo IBGE confundem-se em alguma medida com a ideia da formação de aglomerações urbanas, que podem ser entendidas como grandes áreas urbanas contínuas que englobam diferentes núcleos. Em sua manifestação mais intensa a aglomeração urbana atinge a escala metropolitana. Dessa forma, elas podem ser classificadas em dois tipos: i) as aglomerações urbanas metropolitanas, mais conhecidas como “regiões metropolitanas”; e ii) as aglomerações urbanas não metropolitanas.

O entendimento da configuração das aglomerações pressupõe a inserção das cidades na rede urbana segundo duas visões. Uma é a tradicional, na qual as cidades se organizam conforme um sistema hierarquizado, onde ocorre a formação de regiões no entorno dos centros. Na outra, de concepção mais recente, as cidades se relacionariam em um sistema de relações horizontais de complementaridade e cooperação, pressupondo especialização produtiva e divisão funcional de atividades.

Disso resulta que as aglomerações podem ter várias origens. Existem aquelas que se desenvolveram a partir de um único núcleo, assim como as que se expandem de centros urbanos que apresentam complementaridade funcional e contiguidade, muitas vezes ao longo de eixos viários. Há ainda as formadas por centros urbanos que dividem a função polarizadora, porém sem contiguidade. ▶

EM 1970 HAVIA 122 CIDADES COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES NO BRASIL. EM 2010, SALTOU PARA 357

REDE URBANA

De fato, o que se verifica empiricamente é a existência de cidades que assumem diferentes papéis na rede urbana, tanto por sua posição hierárquica como por sua complementaridade funcional, dependendo tanto da configuração da região na qual ela está inserida como das relações estabelecidas com os outros centros urbanos.

Dos cem municípios que compõem o **g100**, nada menos que 55 deles situam-se em alguma das 40 ACPs existentes no país, que são formadas por 336 municípios. Desses 55 municípios, 34 localizam-se em espaços metropolitanos. Eles estão distribuídos entre as ACPs de Belém (2 municípios), Fortaleza (2 municípios), Recife (6 municípios), Salvador (1 município), Belo Horizonte (5 municípios), Rio de Janeiro (6 municípios), São Paulo (5 municípios), Curitiba (5 municípios) e Porto Alegre (2 municípios).

Nesse grupo de 34 municípios, apenas Salvador é o núcleo central de região metropolitana e, não por acaso, capital do Estado. Sendo assim, pode-se supor que todos os demais municípios desse grupo apresentem funções de complementaridade produtiva com seus

núcleos centrais.

Tomando o caso do Estado de São Paulo como exemplo, considerando que é onde se localiza a mais complexa rede urbana do país, em decorrência da existência de uma economia altamente integrada e diversificada no território, podemos verificar que os cinco municípios paulistas do **g100** estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A dinâmica econômica desses municípios está estreitamente ligada à da capital paulista, em alguns casos podendo ser identificados como municípios dormitórios, como é o caso de Francisco Morato, um dos menores PIBs per capita do Estado de São Paulo.

Assim, além da discussão sobre a capacidade das grandes e médias cidades com anêmica base econômica de ampliarem seu potencial de arrecadação, o que se evidencia quando se observa a forte concentração dos municípios do **g100** nas aglomerações urbanas metropolitanas e não metropolitanas é a necessidade de elaboração de pactos entre os entes federados que possibilitem uma gestão de recursos de forma mais eficiente. Primeiro,



FOTO: ERNESTO REGRANT/USAR IMAGENS

JI-PARANÁ É A 2ª CIDADE MAIS
POPULOSA DE RONDÔNIA, COM
116.610 HABITANTES

porque a integração desses municípios pressupõe uma complementaridade produtiva, onde os núcleos centrais, com dinâmica econômica de maior potencial de arrecadação, dependem dos municípios do entorno, seja pelo fluxo de trabalhadores, seja pela localização de serviços e indústrias de menor valor agregado. Segundo, porque alguns equipamentos públicos dependem de economias de escala que desestimulam as suas instalações em municípios muito próximos, evidenciando a necessidade da articulação intermunicipal em um processo de regionalização e ordenamento do território nacional.

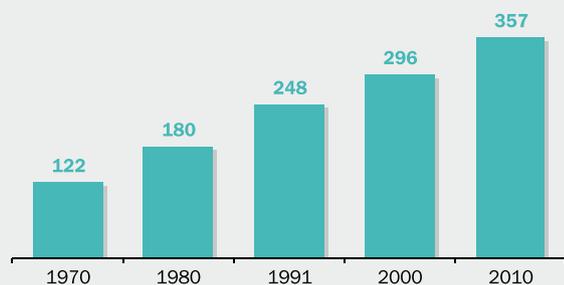
Nesse sentido, importante destacar que a Lei dos Consórcios Públicos, nº 11.107, de abril de 2005, que contou com importante participação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) no seu processo de elaboração é

o instrumento mais avançado do marco jurídico-administrativo brasileiro para a promoção da cooperação federativa. Contando com a regulamentação do Decreto nº 6.017, de janeiro de 2007, e sujeitos à Portaria nº 72 da Secretaria do Tesouro Nacional, de fevereiro de 2012, os consórcios públicos vêm sendo acompanhados em seu processo de incorporação no federalismo brasileiro, pelo Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo (OCPF), projeto da Frente Nacional de Prefeitos, da Caixa Econômica Federal e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem como missão promover a análise e reflexão sobre a agenda e os desafios do consorciamento, disseminando informações e conhecimento.

Saiba mais

Em 1970 o Brasil contava com apenas 122 cidades com mais de 80 mil habitantes. O Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, registrou 357 municípios com mais de 80 mil habitantes, portanto, quase o triplo do registrado há quatro décadas. Nesses anos, a população do país cresceu, adensando-se em grandes centros urbanos, muitos deles tendo como polo aglutinador as capitais estaduais. Enquanto a população nacional pouco mais que dobrou (104,8%), a das cidades com mais de 80 mil habitantes mais do que triplicou (220,9%).

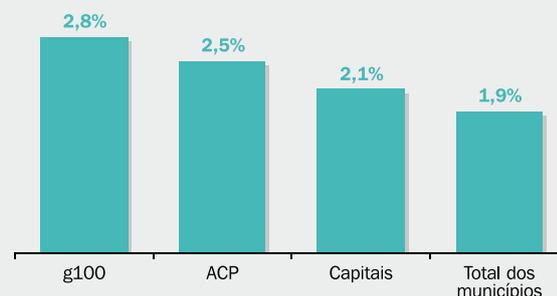
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ACIMA DE 80 MIL HABITANTES



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Aequus Consultoria.

O aumento populacional das capitais (128,3%) foi muito mais tímido do que o observado nas cidades que cresceram no entorno delas. Cita-se como exemplo a mancha urbana formada ao redor de Belém do Pará. Nos últimos 40 anos a população de Belém aumentou 120%, ao passo que nas cidades ao seu entorno, formado por Ananindeua, Barcarena, Benevides e Marituba, o número total de habitantes passou de 53,9 mil, em 1970, para 731,7 mil, em 2010, ou seja, um crescimento de 1.257,5%.

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO 1970-2010



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Aequus Consultoria.

AS TAXAS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL DO **g100** SUPERAM A MÉDIA NACIONAL

Crescimento populacional relativamente alto, processo de envelhecimento menos avançado e grande parcela da população constituída por jovens, são características do perfil demográfico do **g100**.

Ao longo do século XX, os estudos populacionais confirmam que a industrialização e a urbanização foram fundamentais para o processo de transição demográfica no Brasil, ou seja, a passagem de altos para baixos níveis de fecundidade e mortalidade, o que desencadeou a redução da taxa de crescimento da população brasileira. A taxa geométrica de crescimento anual da população atingiu o seu ápice na década de 1950 (2,99% ao ano) e a partir daí reduziu-se progressivamente, atingindo o seu menor nível entre 2000 e 2010 (1,17% ao ano).

A exemplo do que aconteceu no Brasil, os municípios do **g100** também assistiram a uma redução em suas taxas de crescimento populacional desde a década de 1970. Entretanto, o **g100** sempre manteve um ritmo de crescimento acima da média nacional e dos demais municípios com mais 80 mil habitantes. Na última década, a taxa geométrica de crescimento anual populacional dos municípios do **g100** foi de 1,39% contra 1,32% nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes e 1,17% no Brasil.

TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL - 1970-2010

em %

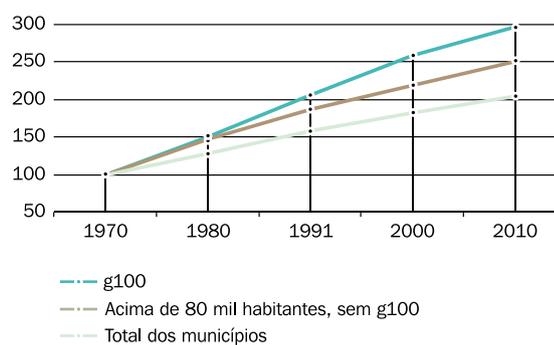
Localidade	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
g100	4,16	2,92	2,48	1,39
Acima de 80 mil habitantes, sem g100	3,88	2,26	1,76	1,32
Brasil	2,48	1,93	1,63	1,17

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

A redução das taxas de crescimento demográfico no Brasil está associada à acelerada redução dos níveis de fecundidade. Segundo o Censo Demográfico 2010, a taxa de fecundidade total (TFT) naquele ano foi de 1,86 filho por mulher, uma proporção bem inferior à de 2000, que era de 2,38 filhos por mulher. O Brasil atingiu uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição em 2010, ainda que esse fenômeno ocorra de forma heterogênea entre as unidades da federação.

As mudanças nos níveis de fecundidade, por sua vez, têm impactos substantivos sobre a estrutura etária, ou seja, sobre a distribuição da população brasileira por faixas de idade. Consta-se a diminuição da proporção de jovens e o aumento da participação dos idosos no total da população nas últimas décadas. De modo particular,

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO g100, DOS DEMAIS MUNICÍPIOS POPULOSOS E DO BRASIL - 1970- 2010
ano base 1970 = 100



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Aequis Consultoria.

FOTO: GUILHERME PINTO / AGÊNCIA O GLOBO



O g100 TEM UMA DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA DE IDADE DIFERENCIADA DA SITUAÇÃO NACIONAL



CARUARU, CONHECIDA COMO A CAPITAL DO AGRESTE, É A CIDADE MAIS POPULOSA DO INTERIOR DE PERNAMBUCO E TEM GRANDE IMPORTÂNCIA REGIONAL

a população com menos de 15 anos de idade diminuiu a sua proporção de 29,6%, em 2000, para 24,1%, em 2010. Em sentido contrário, houve uma ampliação da parcela da população com 60 anos ou mais de 8,6%, em 2000, para 10,8%, em 2010.

O **g100** tem uma distribuição da população por faixas de idade diferenciada da situação nacional. Nele,

a participação da população idosa é inferior (8,9%) à computada no total nacional (10,8%) e também nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes (10,9%). Inversamente, a proporção de jovens com menos de 15 anos no **g100**, de 25,1%, é substancialmente maior que a presente nos demais municípios com mais de 80 mil habitantes, de 21,9%.

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO - 2010

Localidade	População com menos de 15 anos	População em idade ativa	População com 60 anos ou mais
g100	25,1%	66,0%	8,9%
Acima de 80 mil habitantes, sem g100	22,0%	67,2%	10,8%
Total dos municípios	24,1%	65,1%	10,8%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

Os números acima já mostram que o processo de envelhecimento que ocorre em todo o país dá-se de forma menos intensa nos municípios do **g100**. A constatação é reforçada pelo índice de envelhecimento que mede as mudanças na relação entre segmentos idosos e jovens da população. Ele é calculado com base na proporção de pessoas com 60 anos ou mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos. O índice de envelhecimento dos municípios do **g100** (35,6%) é inferior ao observado para o Brasil (44,8%) em 2010. Essa diferença é ainda maior em comparação com o índice verificado para os demais municípios com mais de 80 mil habitantes (49,8%).

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO - 2010

Localidade	Índice de envelhecimento
g100	35,6%
Acima de 80 mil hab., sem g100	49,3%
Total dos municípios	44,8%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Elaboração: Aequus Consultoria.

O perfil demográfico do **g100**, que combina taxas de crescimento populacional relativamente altas com um processo de envelhecimento menos avançado e com uma grande parcela da população constituída por jovens, agrava ainda mais o incipiente desenvolvimento socioeconômico dessas cidades. Com uma economia frágil, onde há insuficiente geração de emprego, uma população inserida num contexto de alta vulnerabilidade social e um poder público local com baixa capacidade financeira para enfrentar as fortes demandas, a juventude do **g100** torna-se ainda mais exposta à criminalidade e violência. Tudo isso requer a convergência de esforços dos três níveis de governo no sentido de resgatar esses municípios em todos os sentidos, com políticas voltadas para o fortalecimento de suas bases produtivas, apoio para a constituição de sua infraestrutura urbana e implementação de políticas sociais direcionadas para os segmentos menos favorecidos da população.



CERCA DE 1/4
DA POPULAÇÃO
DO g100 TEM
MENOS DE 15
ANOS DE IDADE

EDUCAÇÃO

DESEMPENHO DO g100 NO IDEB PREOCUPA

Apesar do **g100** ter aumentado em 103% a sua despesa por aluno de 2002 a 2010, enquanto que nos demais municípios populosos o incremento foi de 66,4%, o valor por aluno ainda é muito menor, sendo um dos fatores que influenciam nos baixos indicadores da educação, como Ideb, taxa de abandono escolar e distorção série-idade.

É consensual a importância da educação para o desenvolvimento socioeconômico. Os processos de inovação produtiva e a utilização de novas tecnologias da informação capazes de proporcionar o aumento da produtividade da economia estão diretamente associados a uma população com maior escolaridade.

Do ponto de vista social, no contexto de uma sociedade altamente dependente da produção do conhecimento, a educação é uma variável-chave para uma menor desigualdade social, pois os investimentos nessa área têm impactos indiscutíveis sobre a distribuição de renda.

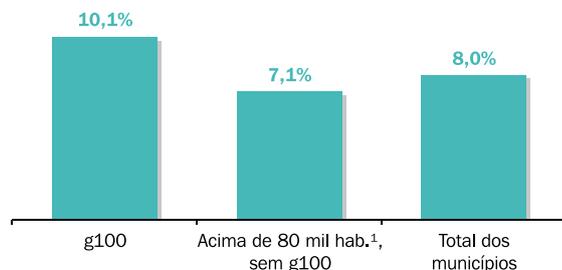
Segundo as concepções mais modernas sobre o



crescimento econômico, um sistema escolar de qualidade não seria apenas produtor de recursos humanos para a gestão e operação de sistemas produtivos cada vez mais complexos. Contribuiria de forma decisiva para o fortalecimento das relações de confiança e cooperação dentro das cadeias produtivas regionais.

O crescimento econômico ocorrido no Brasil na segunda metade da década do ano 2000 impulsionou as receitas públicas, o que resultou também em maiores recursos para a educação, na medida em que a Constituição determina que os municípios devem aplicar um mínimo de 25% de suas receitas na área. Na média nacional, essas aplicações cresceram a uma taxa geométrica anual de 8% entre 2002 a 2010. Nas cidades do **g100**, o crescimento foi ainda mais intenso, de 10,1%.

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO GASTO COM EDUCAÇÃO 2002-2010



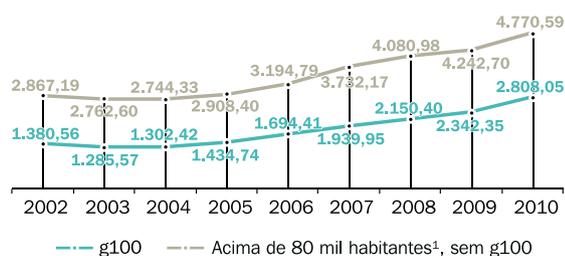
¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
Elaboração: Aequus Consultoria.

Apesar do esforço do **g100**, eles esbarram nos limites decorrentes do baixo nível de suas receitas per capita. De 2002 a 2010, o **g100** incrementou o gasto por aluno em 103,4%, passando de R\$ 1.380,56 para R\$ 2.808,05, enquanto que nas demais cidades com mais de 80 mil habitantes esse aumento foi de 66,4%. Ainda assim, o **g100** não havia alcançado, em 2010, o nível de gasto das demais cidades com mais de 80 mil habitantes pre- valecente em 2002, que era de R\$ 2.867,19. Com base

nesse comparativo, é possível afirmar que o volume de recursos arrecadados e aplicados na área da educação nos municípios do **g100** não é compatível com as demandas pela melhoria do sistema escolar.

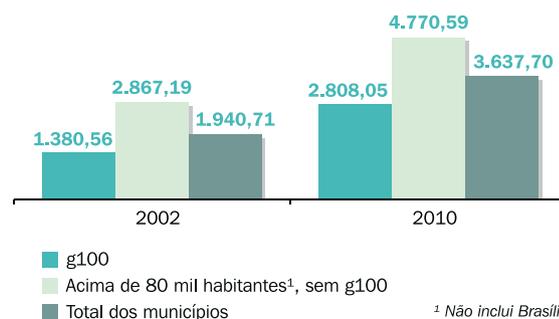
EVOLUÇÃO DO GASTO COM EDUCAÇÃO POR ALUNO em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2011



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
Elaboração: Aequus Consultoria.

GASTO COM EDUCAÇÃO POR ALUNO em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2011



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Elaboração: Aequus Consultoria.

EDUCAÇÃO

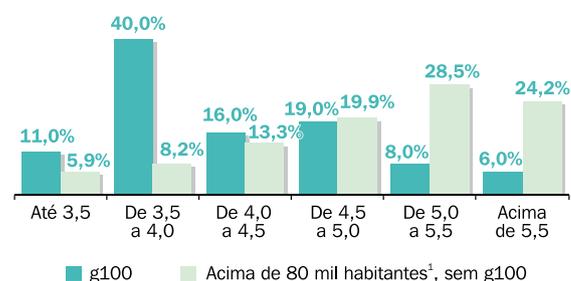
Os baixos níveis de aplicação de recursos na educação pelo **g100** refletem-se nos principais indicadores do sistema escolar, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a taxa de abandono escolar e a distorção idade-série.

O Ideb foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador varia de zero a dez e é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações de português e matemática e em taxas de aprovação. O Ministério da Educação (MEC) estipula que o objetivo principal das políticas educacionais no país é fazer com que o Brasil alcance seis pontos no Ideb da primeira etapa do Ensino Fundamental (do 1º ao 5º ano) até 2022, nota equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os dados do último Ideb referentes a 2009 mostram que os municípios do **g100** situaram-se em um patamar preocupante no que diz respeito aos índices municipais. Mais da metade das cidades do **g100** (51%) alcançaram no máximo a nota quatro, ao passo que apenas 14,1% das

demais cidades com mais de 80 mil habitantes ficaram na mesma situação. O contraste torna-se ainda mais evidente quando se observa a proporção de municípios com notas acima de cinco: no **g100** foram apenas 14% e nas demais médias e grandes cidades, 52,7%.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O DESEMPENHO NO IDEB DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2009



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Elaboração: Aequus Consultoria.

FOTO: JOÃO PRUDENTEPULSAR IMAGENS

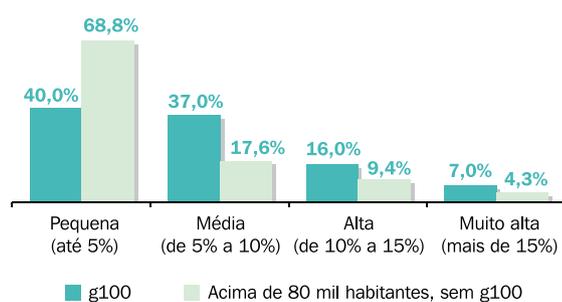


A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAJUBÁ-MG ALCANÇOU 5,8 PONTOS NO IDEB-2009, FICANDO 0,7 DÉCIMOS ACIMA DA META FIXADA PELO MEC

Apesar do avanço em alguns estados no esforço para conter o abandono escolar, essa ainda é uma questão presente na sociedade brasileira e seu enfrentamento não depende apenas da superação dos problemas do sistema escolar, como a falta de vagas, falta de escolas próximas ao local de moradia ou a inadequação do conteúdo pedagógico aos interesses dos alunos. Há questões importantes de natureza socioeconômicas que extrapolam o campo de atuação das políticas educacionais e dizem respeito a temas de diversas naturezas, como a estrutura familiar e a insuficiência de renda nos domicílios.

Em função de suas características socioeconômicas, o **g100** apresenta taxas de abandono escolar muito piores que as do restante dos municípios com o mesmo porte populacional. Em 60% das cidades do **g100** o abandono escolar é considerada média, alta ou muito alta ao passo que na maioria dos demais municípios (68,8%) a taxa é pequena, menor do que 5%.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS POR NÍVEL DE ABANDONO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2005



¹ Não inclui Brasília

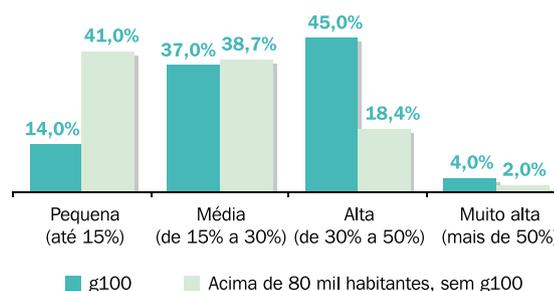
Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Elaboração: Aequus Consultoria.

O indicador da distorção série-idade, por sua vez, é considerado hoje uma das principais ferramentas para se perceber os sintomas da deficiência do sistema escolar e dos problemas por ela gerados. Ele aponta a defasagem entre a idade e a série que o aluno deveria cursar, tendo como principais causas a repetência, o abandono escolar

e as dificuldades de aprendizado e progressão devido às próprias falhas do sistema. Especialistas apontam que uma das consequências da distorção idade-série é a maior propensão para o desenvolvimento de problemas psicológicos, sociais e profissionais dos alunos defasados em relação aos alunos regulares.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), quase a metade dos municípios do **g100** apresenta nível de distorção série-idade alta ou muito alta, enquanto entre os demais municípios com 80 mil ou mais habitantes, esse percentual é de 20,4%.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRAU DE DISTORÇÃO ENTRE A IDADE DO ALUNO E A SÉRIE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - 2006



¹ Não inclui Brasília

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Elaboração: Aequus Consultoria.

FOTO: DELFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS



EM OLINDA-PE, A TAXA DE ABANDONO ESCOLAR DURANTE O ANO LETIVO DE 2005 FOI QUASE O DOBRO DA REGISTRADA NO BRASIL

PESSOAS RESIDENTES NO g100 SÃO MAIS DEPENDENTES DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

A forte restrição de financiamento dos gastos em saúde que enfrentam as cidades do **g100** cria grandes obstáculos para se estruturar serviços com condições para atender a população com qualidade e eficiência.

A política de descentralização da gestão da saúde promovida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), norteado pelos seus princípios fundamentais da universalidade, da integralidade e da igualdade no atendimento, foi em grande parte responsável pelos avanços recentes na oferta de serviços de saúde, à medida que possibilitou a transferência da responsabilidade na tomada de decisão para os gestores municipais. O aumento do poder decisório dos municípios na gestão de políticas públicas é um pressuposto da Constituição Federal de 1988, como forma de consolidar a democracia, uma vez que os poderes locais têm maior capacidade de identificar e solucionar os problemas da população.

No entanto, como o SUS apoia-se no financiamento público, todo o processo de descentralização da gestão da saúde exigiu também novas regras para

a efetivação do financiamento entre as três esferas de governo – federal, estadual e municipal. A Emenda Constitucional nº 29 (EC 29), recém-regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, estabelece a vinculação de recursos orçamentários da União, estados e municípios, para despesas com saúde. A União deve aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, o montante correspondente ao valor empenhado no exercício financeiro anterior, apurado nos termos da Lei Complementar, acrescido de, no mínimo, o percentual correspondente à variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB) ocorrida no ano anterior ao da Lei Orçamentária Anual. Já os estados aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 12% de suas receitas. Para os municípios, o mínimo é de 15%.

O grande mérito da emenda é garantir recursos mínimos e estáveis das três esferas de governo para a saúde, especialmente elevando as participações dos governos regionais e locais. De fato, desde sua criação, em setembro de 2000, a EC 29 gerou o aumento da participação dos estados e municípios no financiamento total da saúde. Apesar de a União ainda ser responsável pela maior parcela dos gastos públicos na área, essa participação vem diminuindo ao longo do tempo. Segundo os dados do Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops), a participação



FOTO: PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA

ATENDIMENTO
OFTALMOLÓGICO
REALIZADO PELO
PROGRAMA AÇÃO
CIDADÃ EM APARECIDA
DE GOIÂNIA-GO

do Governo Federal nos gastos públicos em saúde saiu de um nível de 53% dos gastos totais com a área em 2002, para 45% em 2010. Já os estados, que contribuíam com 22%, passaram a aplicar 27%, enquanto os municípios elevaram de 26% para 28%. Cabe ressaltar que essas participações variam ao longo do tempo e que em 2006 os municípios chegaram a arcar com 30% dos gastos totais em saúde.

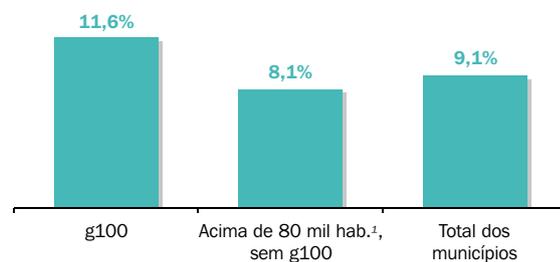
A partir dos dados acima, constata-se que os municípios não apenas assumiram a responsabilidade pela gestão da oferta de serviços e ações à saúde, como cada vez mais ampliaram sua participação no financiamento do setor. Considerando-se ainda que a decisão de gasto dos governantes locais está fortemente condicionada pela regulação federal, pode-se supor as enormes dificuldades geradas na capacidade fiscal dos municípios populosos com baixa receita per capita, como os integrantes do **g100**.

Nota-se que, no período 2002-2010, a taxa geométrica de crescimento anual do gasto com saúde do **g100**,

de 11,6%, foi superior à do total dos municípios, cuja taxa foi de 9,1%. Esse esforço de ampliação dos gastos com saúde fica ainda mais evidente quando comparado ao aumento dos gastos realizados pelos municípios com mais de 80 mil habitantes com maior receita per capita, que foi de 8,1%.

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DO GASTO COM SAÚDE

2002-2010



¹ Não inclui Brasília

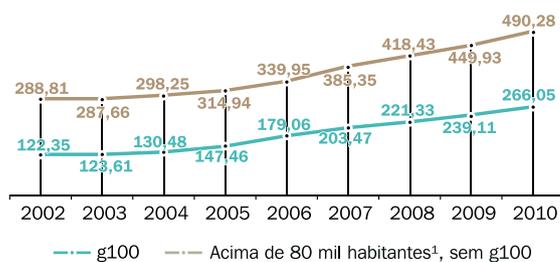
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.
Elaboração: Aequus Consultoria.

SAÚDE

Mesmo que esse esforço de ampliação dos gastos com saúde tenha gerado uma ligeira diminuição na diferença das despesas per capita entre os municípios do **g100** e os demais, o que se observa é que os gastos per capita do **g100** ainda estão muito aquém dos efetuados pelos demais municípios mais populosos e pelo total de municípios da federação.

Se não bastasse a menor capacidade de financiar os serviços de saúde, as pessoas que residem nos municípios do **g100** são mais dependentes do SUS. Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2010, 43,9 milhões de brasileiros contavam com de algum plano privado de assistência à saúde, o que equivalia a 23% da população. Nos municípios com mais de 80 mil habitantes, exceto os do **g100**, a proporção chegou a 37,5%, ao passo que no **g100** apenas 16,5% da população dispunha de planos de saúde suplementar.

EVOLUÇÃO DO GASTO COM SAÚDE **PER CAPITA** em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2011



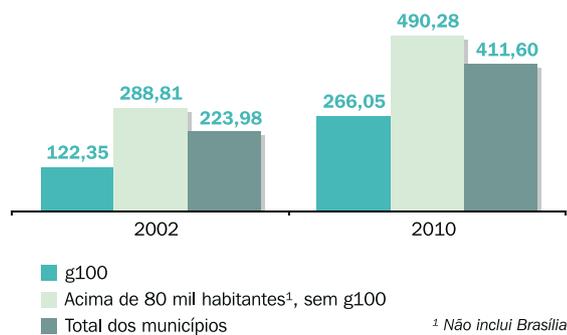
¹ Não inclui Brasília

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.



GASTO COM SAÚDE PER CAPITA

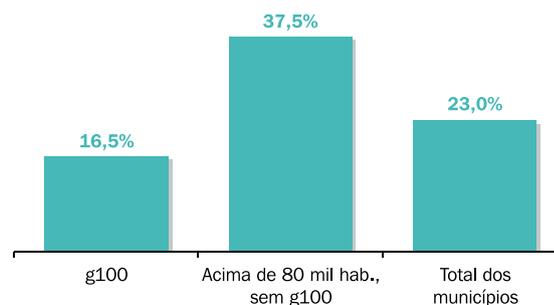
em R\$ 1,00 - corrigidos pelo IPCA médio de 2011



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Elaboração: Aequus Consultoria.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ATENDIDA PELA REDE DE

SAÚDE SUPLEMENTAR - 2010



Fonte: Agência Nacional de Saúde Suplementar. Elaboração: Aequus Consultoria.



FOTO: DEIFIM MARTINS/PULSAR IMAGENS

Certamente, essa forte restrição de financiamento dos gastos em saúde que enfrentam as cidades do **g100** cria grandes obstáculos para se estruturar serviços com condições para atender a população com qualidade e eficiência.

Recentemente, o Ministério da Saúde lançou o Índice de Desempenho do SUS (IDSUS), indicador síntese que avalia a qualidade dos serviços de saúde pública quanto ao acesso (Índice de Acesso) e à efetividade (Índice de Efetividade) da atenção básica, das atenções ambulatorial e hospitalar e das urgências e emergências. Devido à grande diversidade geográfica, demográfica e socioeconômica brasileira, foi necessário o agrupamento dos municípios em seis divisões homogêneas para efeito de análise comparativa. A formação dos grupos homogêneos ocorreu por meio da utilização de três índices: o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDSE); o Índice de Condições de Saúde (ICS); e o Índice de Estrutura do Sistema de Saúde do Município (IESSM).

O IDSUS avalia o SUS quanto ao cumprimento de seus objetivos: universalidade do acesso, integralidade da atenção, equidade, regionalização, hierarquização, comando único e responsabilidade tripartite. O IDSUS não avalia os municípios isoladamente, mas o

O SISTEMA DE SAÚDE DE CRATO-CE, NA REGIÃO METROPOLITANA DO CARIRI, ATENDE À DEMANDA DE CIDADES VIZINHAS E ESTADOS LÍMITROFOS COMO PIAUÍ E PERNAMBUCO

SAÚDE

SUS que atende os residentes de cada município brasileiro, pois contempla, além da atenção básica (toda realizada no município), também a atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, tanto a realizada no próprio município quanto a que é encaminhada para outros municípios, polos de uma região, de um estado ou nacional (Rede de Atenção à Saúde).

Uma primeira análise do **g100** segundo o IDSUS demonstra que a maioria dos municípios (56) foi classificada no grupo homogêneo 4, ou seja, aqueles com

pouca estrutura de atenção especializada, ambulatorial e hospitalar e que também apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e baixo Índice de Condições Sociais. Vale a pena ressaltar que no conjunto de municípios com mais 80 mil habitantes, exceto os do **g100**, mais da metade (130) foram classificados no grupo homogêneo 3, que apesar da pouca estrutura de atenção especializada, ambulatorial e hospitalar, apresentam melhores indicadores socioeconômicos e melhores condições de saúde.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO O GRUPO HOMOGÊNEO NO IDSUS - 2011

Grupo Homogêneo	IDSE	ICS	IESSM	Municípios ¹	Municípios do g100	Municípios com mais de 80 mil habitantes exceto g100
grupo 1	Alto	Médio	Muita estrutura	29	1	27
grupo 2	Alto	Médio	Média estrutura	94	13	78
grupo 3	Médio	Médio	Pouca estrutura	632	25	130
grupo 4	Baixo	Baixo	Pouca estrutura	587	56	14
grupo 5	Médio	Médio	Sem estrutura	2.038	2	7
grupo 6	Baixo	Baixo	Sem estrutura	2.183	3	0
Total				5.563	100	256

Nota: ¹ não estão sendo considerados Fernando de Noronha, por ser uma ilha, o que diferencia suas ações de saúde em relação aos demais municípios e Nazária, no Piauí, por ter sido criado em 2009 e não dispor de dados usados no IDSUS no período analisado.

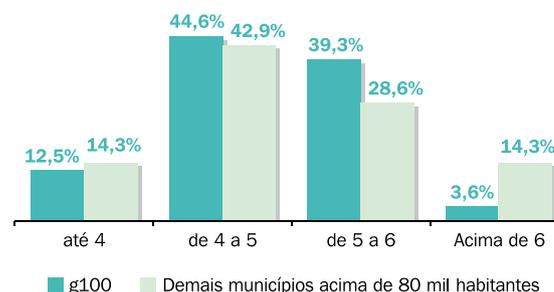
Fonte: Ministério da Saúde. Elaboração: Aequus Consultoria.

O exame dos municípios do **g100** classificados no grupo homogêneo 4 mostra que 57,1% obtiveram notas abaixo de 5 no IDSUS. Esse resultado decorre principalmente do desempenho no Índice de Acesso ao SUS, uma vez que os municípios do **g100** obtiveram, em sua maioria, notas acima de 6 no Índice de Efetividade do SUS. Os resultados do IDSUS para esses municípios indicam que existem maiores deficiências de acesso do que na efetividade da atenção. Como o grupo homogêneo 4 tem pouca estrutura especializada, ambulatorial e hospitalar e, segundo o princípio organizativo do SUS da hierarquização e regionalização, essa atenção especializada deve ser ofertada pelos municípios polos de referência de uma determinada região, pode-se inferir que também há deficiências na organização e oferta dessa atenção regionalizada. Esse déficit de acesso é

observado tanto nos **g100** quanto nos demais municípios acima de 80 mil habitantes.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO GRUPO HOMOGÊNEO 4, POR

NOTA, NO IDSUS - 2011

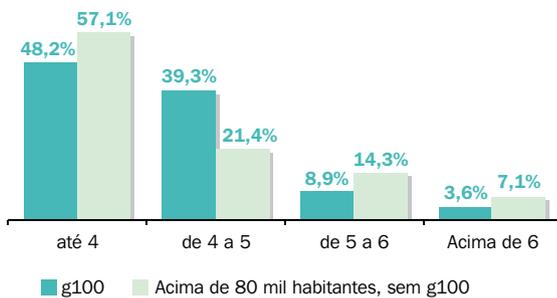


Fonte: Ministério da Saúde.

Elaboração: Aequus Consultoria.

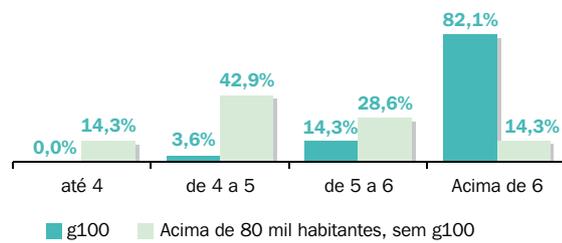


DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO GRUPO HOMOGÊNEO 4, POR NOTA, NO **ÍNDICE DE ACESSO AO SUS - 2011**



Fonte: Ministério da Saúde.
Elaboração: Aequus Consultoria.

DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO GRUPO HOMOGÊNEO 4, POR NOTA, NO **ÍNDICE DE QUALIDADE DO SUS - 2011**



Fonte: Ministério da Saúde.
Elaboração: Aequus Consultoria.

PASSOS-MG
RECEBEU UMA DAS
MELHORES NOTAS
DO g100 NO IDSUS,
DE 6,6, NO GRUPO
HOMOGÊNEO 2

DOIS TERÇOS DO g100 POSSUEM TAXAS DE HOMICÍDIO SUPERIORES À MÉDIA NACIONAL

É necessário repensar a prevenção do crime a partir da lógica local, integrando as ações dos três níveis de governo e associando políticas de repressão e combate direto ao crime à políticas de inclusão social.

A sociedade brasileira começa a perceber que os indicadores de violência refletem não apenas os temas clássicos associados à criminalidade, como os roubos de carga ou o tráfico de drogas, mas que também resultam das relações interpessoais, que podem desaguar na violência doméstica, ou de conflitos entre os jovens e adolescentes no ambiente escolar. Em consequência, é cada vez mais nítido que as mudanças dos indicadores da violência estão associadas a mecanismos sociais, econômicos, culturais e demográficos que pedem atenção especial em razão da heterogeneidade das cidades brasileiras.

Sem dúvida, o nível de violência das chamadas “cidades inseguras” está associado ao déficit de infraestrutura urbana e ao peso dos estratos sociais mais vulneráveis e expostos a situações de risco nas cidades de menor desenvolvimento econômico e social, independentemente do porte das aglomerações urbanas. A antiga oposição entre áreas metropolitanas violentas e cidades médias seguras vem sendo colocada em questão a partir da consolidação das estatísticas nacionais sobre o tema.

FOTO: MAURICIO SIMONETTI/PU S&P IMAGENS



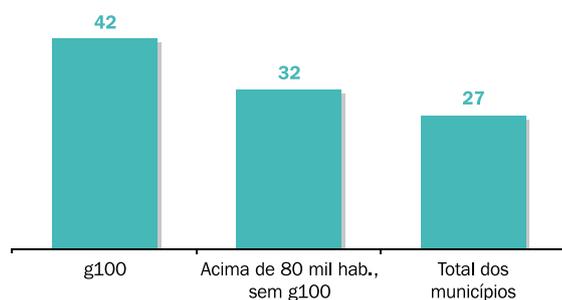
SALVADOR-BA POSSUI A 9ª MAIOR TAIXA DE HOMICÍDIOS POR MIL HABITANTES DO g100

O aumento das práticas violentas nos municípios encontra explicação em vários fatores. Embora nenhum deles seja capaz de explicar isoladamente a trajetória alarmante, ainda que com progressos esparsos, dos índices de homicídios em um país de dimensões territoriais com o Brasil, os estudos sobre o tema indicam a importância de certos processos socioeconômicos, entre os quais destacam-se: a transformação dos padrões de consumo e do estilo de vida nos grandes centros metropolitanos; o crescimento das aglomerações urbanas e aumento dos bolsões de pobreza nas áreas periféricas; a expansão do narcotráfico; e o desaparecimento das polícias somado à defasagem do sistemas de justiça e de segurança pública.

A partir dos dados do Mapa da Violência de 2012, publicado pelo Instituto Sangari, foi possível identificar que dois terços das cidades que compõem o **g100** possuem taxas de homicídio superiores à média nacional. No período 2008-2010 elas apresentaram uma taxa média de 42 homicídios para cada 100 mil habitantes, superior à taxa das demais cidades com mais de 80 mil habitantes com 32 homicídios para cada 100 mil habitantes e distante da média nacional, de 27 homicídios para cada 100 mil. Em termos internacionais, a taxa do **g100** estaria próxima da observada em países africanos com confrontos étnicos e políticos agudos como Zâmbia e Uganda (38,0 e 36,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, respectivamente) e no mesmo patamar de áreas com guerra civil, conflitos militares, territoriais, políticos e religiosos, como as áreas próximas ao Oriente Médio e ao Sudoeste da Ásia (44 homicídios para cada 100 mil habitantes) em meados da década.¹

TAXA MÉDIA DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES

2008-2010



Fonte: Waiselfisz, Mapa da Violência de 2012.
Elaboração: Aequus Consultoria.

Outro dado que chama a atenção é que dentre as 20 cidades do **g100** com as maiores taxas de homicídio, metade está localizada no Nordeste do país, com destaque para a Bahia, onde se encontram seis delas. No Centro-Oeste, o destaque é o Estado de Goiás, com três cidades, enquanto no Sul-Sudeste aparecem os estados do Paraná (três cidades) e Espírito Santo (uma cidade). No Norte chama a atenção o Estado do Pará, com três cidades entre as 20 mais violentas do **g100**.

Embora a Constituição Federal aponte que é competência dos governos estaduais a gestão policial, ficando a cargo dos municípios a proteção do patrimônio, é necessário repensar a prevenção do crime a partir da lógica local, integrando as ações dos três níveis de governo e associando políticas de repressão e combate direto ao crime a políticas de inclusão social. Nesse contexto, as cidades do **g100**, com suas elevadas taxas de homicídios e seus problemas demográficos e socioeconômicos já tratados anteriormente, precisam e devem receber atenção especial dos demais níveis de governo.

FOTO: JOÃO PRUDENTE/PULSAR IMAGENS



PATOS, NA PARÁIBA,
REGISTROU 59 HOMICÍDIOS
PARA CADA 100 MIL
HABITANTES

¹ As taxas de homicídios para efeito de comparação podem apresentar variações de país para país em função de diferentes abordagens metodológicas, período de disponibilidade dos últimos dados disponíveis ou mesmo do nível de subnotificação em cada um deles. Os números internacionais citados nesse texto têm por base as estatísticas da United Statistics Office on Drugs and Crime.

CONQUISTAS

g100 É RECONHECIDO PELO GOVERNO FEDERAL

As conquistas do **g100** comprovam o acerto de sua criação e revelam a sensibilidade das autoridades federais para com os justos pleitos do grupo. Os resultados alcançados devem ser encarados como o início bastante animador de um movimento que deve ser ampliado.



FOTO: AGENCIO FNP

Ante a natureza complexa de seus problemas, as perspectivas de ações do **g100** abrem-se em duas vertentes: uma de solução de caráter mais estruturante, que necessariamente passaria por uma reforma tributária nacional. No entanto, o tema vem sendo discutido no Brasil há décadas e tem sido consecutivamente adiado por conta das divergências, tanto no campo econômico como no político, que impossibilitam alcançar um mínimo de consenso.

A outra vertente, está no campo de ações imediatas, onde o **g100** luta por medidas compensatórias urgentes por parte da União e dos Estados. A partir da criação, pela FNP, da Vice-Presidência para Assuntos das Cidades Populosas com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica em abril de 2011, várias conquistas foram alcançadas. A causa do **g100** obteve reconhecimento do Governo Federal. Prova disso foi sua acolhida como um dos critérios de participação dos municípios em programas federais nas áreas da educação e da geração de emprego renda.

“TAMBÉM SERÃO CONTEMPLADOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 80 MIL HABITANTES, NOS QUAIS AS PREFEITURAS MUITAS VEZES ARRECADAM POUCO E TÊM MUITA DIFICULDADE DE INVESTIR EM EDUCAÇÃO”, AFIRMOU A PRESIDENTA DILMA ROUSSEF



EM SETEMBRO DE 2011, O ENTÃO MINISTRO DA EDUCAÇÃO, FERNANDO HADDAD, ANUNCIOU A AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS DO g100 NO PRONATEC

EDUCAÇÃO - A primeira medida de repercussão favorável ao **g100** foi sua inclusão no programa do Governo Federal de expansão de campi universitários e de institutos técnicos de educação, ciência e tecnologia. A proposta para que o Governo Federal utilizasse a presença dos municípios no **g100** como um dos critérios para a escolha dos locais onde serão instalados os campi e as escolas técnicas foi levada a consideração do então ministro da Educação, Fernando Haddad, pelo prefeito de Ananindeua-PA, Helder Barbalho, em junho de 2011.

Em agosto do mesmo ano, a presidente Dilma Rousseff anunciou a inclusão de 49 municípios do **g100** no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). No final de setembro, durante o *I Encontro dos Prefeitos do g100*, o então ministro Fernando Haddad anunciou a ampliação do grupo be-

neficiado para 80 municípios e afirmou que, tão logo houvesse expansão do programa, ele alcançaria 100% do **g100**.

Em alguns municípios, como Aparecida de Goiânia, o programa já está sendo concretizado: um campus da Universidade Federal de Goiás (UFG) será construído, ainda em 2012, em terreno doado pela prefeitura, e uma unidade do Instituto Federal de Goiás (IFG) já está pronta, com vestibular realizado.

Ao todo, o Governo Federal planeja instalar quatro novas universidades federais, nos estados do Pará, Ceará e Bahia – a do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), a do Sul da Bahia (Ufesba), a do Oeste da Bahia (Ufoba) e a da Região do Cariri (UFRC), no Ceará –, além de 47 campi universitários e 208 novas unidades de institutos técnicos federais até 2014. Serão geradas 1,2 milhão de ►

CONQUISTAS

novas vagas nas universidades federais e 600 mil nas escolas técnicas. Para alcançar esse objetivo, o Governo Federal deverá investir cerca de R\$ 7 milhões por unidade de educação profissionalizante e R\$ 14 milhões em cada campus universitário.

CRECHES E QUADRAS ESPORTIVAS – No âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2), foi lançado o plano de ampliação de creches e pré-escolas municipais pelo Governo Federal, em setembro de 2011. Estão incluídos no plano todos os municípios do **g100**.

A nova etapa do programa de construção de creches e pré-escolas prevê mais 4.943 unidades em 1.466 municípios. Somadas às 1.484 em construção em 1.040 municípios, será superada a meta planejada pela União de construir 6 mil novas unidades. A edificação das unidades de educação infantil está entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de atender 100% das crianças de 4 e 5 anos até 2016 e 50% das crianças



com até 3 anos, ao final de 2020.

Os municípios que compõem o **g100** deverão receber 988 creches e 427 quadras, além da construção de coberturas em 148 outras quadras escolares. A sistemática de operacionalização desse processo foi apresentada na terceira mesa do *I Encontro dos Prefeitos do g100*.

PROGRAMA CRESCER DE MICROCRÉDITO DA CAIXA - A FNP e a Caixa Econômica Federal assinaram termo de cooperação técnica durante o *I Encontro dos Prefeitos do g100* que busca promover e implementar o Programa Crescer nos municípios associados à FNP, em ações conjuntas com a Caixa. O objetivo do programa é promover o empreendedorismo por meio de ações de mobilização, sensibilização e capacitação técnica no uso do microcrédito produtivo e da educação empreendedora e financeira. Sua primeira etapa tem como foco principal os municípios do **g100**.

De acordo com Janice Mendonça Fernandes, da Gerência de Inclusão Produtiva (Geipo) da Caixa, “o programa quer reduzir a pobreza por meio do financiamento de atividades produtivas e diminuir as desigualdades intramunicipais e regionais”. Para ela, o principal desafio à expansão do microcrédito produtivo orientado é vencer a desconfiança da população de baixa renda em relação ao crédito bancário.

O Programa Crescer, que enxerga o microcrédito como uma das formas de promover a inclusão das camadas mais pobres da sociedade, é uma estratégia desenvolvida pela Caixa para atender a uma das ações complementares do Plano Brasil Sem Miséria, coor-



FOTO: ACERVO FNP

A MINISTRA DAS RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, IDELI SALVATTI, PARABENIZOU A INICIATIVA DE ARTICULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO **g100**



FOTO: ACERVO FNP

O PRESIDENTE DA CAIXA, JORGE HEREDA DISCURSA NA 60ª REUNIÃO GERAL DA FNP

denado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A expectativa é de conseguir que o atendimento esteja disponível em todos os municípios e que aconteça uma transformação do círculo vicioso - baixo investimento, baixa renda, baixa poupança – que envolve a população em situação de vulnerabilidade social em um círculo virtuoso de investimento, geração de renda e formação de poupança.

PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - Durante a 60ª Reunião Geral da FNP, realizada nos dias 17 e 18 de outubro de 2011, em Foz do Iguaçu-PR, a entidade solicitou ao MDS que os parâmetros do **g100** fossem utilizados como critérios para a realização das ações do Plano Brasil Sem Miséria. A demanda da FNP apoia-se na constatação da elevada presença de famílias extremamente pobres no conjunto da população do **g100**, conforme exposto na seção sobre o Perfil Econômico, na página 18 .

O MDS anunciou que as ações do Brasil Sem Miséria seriam iniciadas em 160 municípios, sendo 53 deles integrante do **g100**. Segundo o MDS, os municípios selecionados devem possuir mais de 100 mil habitantes, agência do Sistema Nacional de Emprego (Sine) e oferta de vagas pelos institutos federais ligados ao MEC ou do Sistema S.

Durante o *Encontro com Prefeitos(as) e Secretários(as) Estaduais e Municipais de Assistência Social e de Trabalho*, realizado no dia 9 de novembro de 2011, a ministra do Desenvolvimento Social e Combate

à Fome, Tereza Campello, apresentou a estratégia de inclusão produtiva urbana planejada para o desenvolvimento do Plano Brasil Sem Miséria. No encontro foi anunciado que mais 28 municípios do **g100** serão contemplados com as políticas públicas elaboradas pelo programa para estimular a geração de emprego formal e o empreendedorismo, a partir do mês de janeiro de 2012. Essas 28 cidades têm mais de 100 mil habitantes e possuem postos do Sine. Com elas, o número de cidades do **g100** que serão beneficiadas pelas políticas traçadas no Plano Brasil Sem Miséria chega a 81, o que foi considerado uma grande conquista pelo grupo. ➔



FOTO: ACERVO FNP

AO LADO DA MINISTRA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TEREZA CAMPELLO (EM PÉ), A PREFEITA DE TIMON-MA, SOCORRO WAQUIM, ASSINA TERMO DE ADESÃO AO PLANO BRASIL SEM MISÉRIA

CONQUISTAS

Saiba mais sobre o Plano Brasil Sem Miséria

Lançado pelo Governo Federal em junho de 2011, dirigido pelo MDS, o plano é direcionado aos cidadãos com renda familiar de até R\$ 70 por pessoa. Segundo o MDS, cerca de 16,2 milhões de brasileiros estão nessa situação.

O Plano Brasil Sem Miséria é muito amplo e abrangente. Envolve diversos ministérios, os governos estaduais e municipais e muitas instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil. As ações previstas são inúmeras e por isso foram divididas em três eixos:

- o acesso a serviços, que engloba as áreas da educação, saúde, assistência social e segurança alimentar;
- a garantia de renda, com o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC); e
- a inclusão produtiva urbana e rural.

Os programas para a inclusão produtiva urbana irão priorizar a qualificação profissional dos cidadãos beneficiados com o Bolsa Família, para que eles sejam inseridos no mercado de trabalho como mão-de-obra especializada. Para isso, o Governo Federal está articulando ações com o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e o Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec). Nas ações do eixo de inclusão produtiva urbana está prevista a qualificação e capacitação de 1,7 milhão de brasileiros, a formalização de 120 mil novos microempreendedores individuais e a ampliação do microcrédito.

BANDA LARGA NAS ESCOLAS – O Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE) tem como objetivo conectar à Internet todas as escolas públicas urbanas, por meio de tecnologias que propiciem qualidade e velocidade. A gestão do Programa é feita em conjunto pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e pelo MEC, em parceria com as secretarias de educação estaduais e municipais, com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), com o Ministério

das Comunicações e o Ministério do Planejamento.

Alunos de mais de 59,2 mil instituições públicas urbanas de ensino fundamental e médio no Brasil já têm acesso gratuito à Internet em alta velocidade pelo PBLE. A meta inicial, que era de atender 55 mil escolas, foi ampliada para 69,1 mil.

Para uma escola ser contemplada com a conexão, ela deve disponibilizar uma sala ou laboratório de informática com os computadores. Não há necessidade de adesão, uma vez que todas as escolas públicas urbanas estaduais, municipais e federais irão receber os benefícios do programa.

A FNP entende a importância do programa, que deverá ser a base para a execução de políticas públicas que possibilitem aos estudantes, por meio do uso da Internet e das tecnologias de informação e comunicação, incluírem-se na moderna sociedade do conhecimento. Por isso, vem reivindicando junto às operadoras do serviço de banda larga, com respaldo do MEC e da Anatel, que seja dada prioridade e urgência ao atendimento das escolas públicas dos municípios do **g100**.

Saiba mais sobre a Banda Larga nas Escolas

O Programa Banda Larga nas Escolas foi lançado pelo Governo Federal, no dia 04 de abril de 2008, por meio do Decreto nº 6.424 que altera o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU (Decreto nº 4.769). Com a assinatura do Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Exploração da Telefonia Fixa, as operadoras autorizadas trocam a obrigação de instalarem postos de serviços telefônicos (PST) nos municípios pela instalação de infraestrutura de rede para suporte a conexão à internet de alta velocidade em todos os municípios brasileiros e a conexão de todas as escolas públicas urbanas, com a prestação dos serviços sem ônus, até o ano de 2025.

CONCLUSÃO

Brasil passou por profundas transformações nas últimas décadas. A população do país cresceu, adensando-se em grandes centros urbanos. Muitas das grandes cidades que atualmente estão localizadas no entorno de capitais não passavam, nos anos setenta, de pequenos núcleos tipicamente rurais. Algumas nem sequer existam. Passados mais de 40 anos, várias delas tornaram-se cidades populosas em situação socioeconômica muito preocupante. Ao mesmo tempo, são municípios desfavorecidos pelo Sistema Tributário Nacional e pelos critérios de partilha de recursos, ambos criados em meados dos anos sessenta em um cenário completamente distinto.

Ante a natureza complexa de seus problemas, as perspectivas de ações do **g100** abrem-se em duas vertentes: uma de caráter mais estruturante, que necessariamente passa por uma revisão do pacto federativo e uma reforma tributária. No entanto, a repactuação federativa vem sendo discutida no Brasil há décadas e tem sido consecutivamente adiada por conta de divergências, tanto no campo econômico como no político, que dificultam a construção de uma solução. Mesmo assim, o **g100** mantém-se atento a essa agenda mais estruturante.

No campo das ações imediatas, por outro lado, o **g100** luta por medidas compensatórias urgentes por parte da União e dos Estados. Elas ajudarão a mitigar a situação dos municípios do **g100**, garantindo a suas populações uma oferta digna de serviços públicos essenciais.

Um importante passo nesse sentido foi a criação pela FNP da Vice-Presidência para Assuntos das Cidades Populosas com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica em abril de 2011. Desde então, várias conquistas foram alcançadas. A causa do **g100** obteve reconhecimento do Governo Federal e prova disso foi sua acolhida como um dos critérios de participação dos municípios em programas federais nas áreas da educação e da geração de emprego e renda. Esses resultados devem ser encarados como um início bastante animador de um movimento que deve ser ampliado. É fundamental que o **g100** também deman-

O vasto número de indicadores apresentados ao longo deste documento demonstrou de forma inequívoca que, em cidades excluídas do ponto de vista fiscal, habita uma população excluída do ponto de vista econômico e social

de tratamento diferenciado dos governos estaduais. A Vice-Presidência para Assuntos das Cidades Populosas com Alta Vulnerabilidade Socioeconômica também fomenta junto aos municípios do **g100** a troca de experiências.

O vasto número de indicadores apresentados ao longo deste documento demonstrou de forma inequívoca que, em cidades excluídas do ponto de vista fiscal, habita uma população excluída do ponto de vista econômico e social. Vale dizer, em cidades marginalizadas pelo sistema tributário, geralmente chamadas de cidades-dormitórios, vive uma parcela significativa da população marginalizada socioeconomicamente. A superação dessa insustentável situação é a meta do **g100** e um grande desafio da federação brasileira.

INDICADORES DO g100

UF	Municípios	Demografia				Receitas			
		População 2010	Taxa anual de crescimento da população 2000-2010	População com menos de 15 anos - 2010	População urbana em extrema pobreza - 2010	Receita corrente per capita 2010	Receita tributária per capita 2010	FPM per capita 2010	ICMS per capita 2010
AM	Manacapuru	85.141	1,5%	36,9%	13,4%	1.140,41	139,25	248,01	234,72
AM	Parintins	102.033	1,2%	37,5%	14,2%	1.140,59	79,20	236,52	196,44
AP	Macapá	398.204	3,5%	31,2%	7,9%	994,39	110,54	335,30	180,02
AP	Santana	101.262	2,3%	33,0%	10,7%	880,29	69,88	140,11	296,03
BA	Alagoinhas	141.949	0,9%	23,3%	8,5%	1.042,94	131,59	224,23	176,42
BA	Feira de Santana	556.642	1,5%	24,1%	6,7%	925,31	226,79	102,73	158,25
BA	Ilhéus	184.236	-1,9%	25,2%	8,1%	1.098,42	13 9,61	310,39	180,41
BA	Salvador	2.675.656	0,9%	20,7%	5,5%	1.144,68	423,90	160,39	168,70
BA	Santo Antônio de Jesus	90.985	1,6%	23,4%	6,2%	1.038,39	111,92	272,09	118,38
BA	Teixeira de Freitas	138.341	2,6%	26,6%	7,3%	1.047,59	129,83	223,00	105,35
BA	Valença	88.673	1,4%	26,7%	12,4%	972,00	51,73	279,19	96,07
BA	Vitória da Conquista	306.866	1,6%	25,0%	7,6%	1.080,38	147,30	186,35	132,47
CE	Caucaia	325.441	2,7%	27,3%	9,5%	987,08	80,11	200,99	156,48
CE	Crato	121.428	1,5%	25,6%	8,0%	1.019,27	62,62	245,75	114,71
CE	Iguatu	96.495	1,2%	23,7%	8,4%	1.114,03	89,95	272,87	109,05
CE	Itapipoca	116.065	2,1%	29,8%	17,5%	994,63	32,74	241,99	87,62
CE	Juazeiro do Norte	249.939	1,7%	26,7%	9,1%	963,44	71,04	261,71	99,87
CE	Maranguape	113.561	2,6%	26,7%	9,0%	919,86	36,91	247,32	189,15
CE	Quixadá	80.604	1,5%	27,2%	13,9%	987,43	58,76	283,11	65,23
ES	Cariacica	348.738	0,7%	24,4%	3,1%	1.009,48	173,29	123,69	206,49
GO	Águas Lindas de Goiás	159.378	4,2%	31,9%	5,3%	762,35	93,85	281,99	24,93
GO	Aparecida de Goiânia	455.657	3,1%	25,9%	2,6%	877,36	198,38	102,14	130,91
GO	Formosa	100.085	2,4%	26,8%	4,3%	1.139,18	124,05	239,77	123,32
GO	Novo Gama	95.018	2,5%	30,4%	5,8%	693,15	67,45	235,72	39,77
GO	Planaltina	81.649	1,0%	30,1%	5,8%	1.006,63	78,60	254,72	58,64
GO	Trindade	104.488	2,5%	24,7%	3,3%	810,34	66,86	244,98	134,88
GO	Valparaíso de Goiás	132.982	3,4%	28,0%	3,0%	954,62	214,53	204,52	46,61
MA	Bacabal	100.014	0,9%	29,6%	10,3%	950,57	66,61	226,29	77,80
MA	Barra do Corda	82.830	0,6%	31,9%	17,6%	940,80	25,85	236,80	61,67
MA	Codó	118.038	0,6%	31,9%	19,6%	1.031,27	85,05	204,51	82,10
MA	Paço do Lumiar	105.121	3,3%	26,6%	7,0%	627,87	57,72	229,64	23,18
MA	São José de Ribamar	163.045	4,3%	27,5%	10,5%	809,33	110,67	361,68	54,94
MA	Timon	155.460	1,8%	29,0%	10,5%	1.110,23	35,16	379,32	67,57
MG	Caratinga	85.239	0,9%	23,3%	3,7%	1.102,87	153,79	279,26	148,45
MG	Conselheiro Lafaiete	116.512	1,3%	20,6%	1,7%	952,66	127,14	233,49	143,33
MG	Coronel Fabriciano	103.694	0,6%	22,4%	2,5%	899,14	124,67	262,35	112,71
MG	Ibirité	158.954	1,8%	26,2%	3,1%	1.114,69	122,62	305,44	265,40
MG	Itajubá	90.658	0,7%	20,7%	1,5%	1.137,09	190,59	262,57	369,94
MG	Passos	106.290	0,9%	21,3%	1,2%	1.043,14	155,17	255,95	179,90
MG	Ribeirão das Neves	296.317	1,8%	25,9%	3,2%	676,20	89,93	163,85	77,68
MG	Sabará	126.269	0,9%	23,9%	3,0%	1.054,87	124,47	228,91	231,93
MG	Santa Luzia	202.942	0,9%	24,8%	2,6%	1.000,07	148,62	239,24	204,75
MG	Ubá	101.519	1,8%	21,9%	1,5%	940,05	136,53	251,23	204,83
MG	Vespasiano	104.527	3,2%	25,9%	2,5%	1.070,83	159,11	244,00	217,37
MT	Cáceres	87.942	0,2%	26,8%	5,0%	1.021,35	112,16	219,72	170,17
MT	Várzea Grande	252.596	1,6%	25,6%	3,4%	1.068,61	149,19	157,27	228,70
PA	Abaetetuba	141.100	1,7%	30,7%	15,3%	744,41	20,29	182,24	45,49
PA	Altamira	99.075	2,5%	30,6%	9,8%	1.154,61	99,49	216,28	196,40
PA	Ananindeua	471.980	1,8%	26,0%	6,3%	657,18	85,44	111,90	134,07
PA	Bragança	113.227	1,9%	32,4%	16,0%	647,86	22,36	201,87	42,67
PA	Breves	92.860	1,5%	40,8%	20,9%	1.062,39	22,54	230,76	68,34
PA	Castanhal	173.149	2,6%	28,2%	7,9%	982,69	64,61	305,02	130,52
PA	Itaituba	97.493	0,3%	31,6%	13,0%	1.075,43	80,60	249,10	147,48

UF	Municípios	Educação		Saúde			Perfil econômico		Violência
		Despesa com educação por aluno 2010	Ideb das séries iniciais do Ensino Fundamental 2009	Despesa com saúde per capita 2010	IDSUS 2011	Grupo homogêneo no IDSUS	PIB per capita 2009	Número de emprego por mil habitantes 2010	Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes 2008-2010
AM	Manacapuru	2.109,47	4,7	215,99	4,5	4	4.673,92	60	19
AM	Parintins	2.291,89	4,6	289,55	4,6	4	4.513,46	66	9
AP	Macapá	3.581,02	3,9	230,36	5,1	2	11.752,00	221	41
AP	Santana	3.626,67	4,0	227,11	5,2	4	10.907,59	89	27
BA	Alagoinhas	2.520,26	3,3	282,51	5,3	4	9.145,65	147	61
BA	Feira de Santana	2.709,95	3,4	372,57	5,3	2	11.422,31	187	51
BA	Ilhéus	2.839,89	3,7	343,91	4,8	4	10.452,03	167	60
BA	Salvador	4.347,56	3,6	354,66	5,9	1	12.267,73	298	61
BA	Santo Antônio de Jesus	2.900,00	3,9	371,02	5,7	4	9.179,06	189	37
BA	Teixeira de Freitas	2.028,30	3,9	418,53	5,0	4	7.600,38	166	75
BA	Valença	1.973,36	2,9	149,46	5,3	4	6.265,41	110	60
BA	Vitória da Conquista	2.307,82	2,9	402,25	5,1	2	10.241,20	184	66
CE	Caucaia	2.043,62	3,9	235,11	4,0	4	6.736,80	87	34
CE	Crato	2.114,11	3,8	368,44	5,1	4	5.986,63	135	39
CE	Iguatu	2.338,54	4,1	381,46	5,3	4	6.241,80	119	26
CE	Itapipoca	1.786,48	4,0	218,70	5,0	4	4.574,23	73	16
CE	Juazeiro do Norte	2.033,21	3,9	307,13	4,5	4	6.383,57	158	31
CE	Maranguape	2.085,93	4,3	232,37	4,9	4	5.667,46	126	23
CE	Quixadá	2.108,29	4,2	294,33	5,0	4	4.867,80	93	34
ES	Cariacica	3.118,80	4,5	142,64	5,6	3	11.051,41	150	81
GO	Águas Lindas de Goiás	2.394,98	3,7	156,42	3,9	4	3.442,32	52	62
GO	Aparecida de Goiânia	2.531,40	4,4	301,09	4,7	2	10.098,33	219	35
GO	Formosa	2.623,13	4,7	309,40	4,7	3	7.457,23	125	44
GO	Novo Gama	2.855,19	4,6	138,63	4,2	6	3.710,72	47	55
GO	Planaltina	2.438,80	3,7	119,98	5,2	4	4.608,37	79	48
GO	Trindade	2.326,54	4,6	228,24	4,4	4	7.269,79	131	4
GO	Valparaíso de Goiás	2.696,50	4,3	202,87	4,9	5	5.193,92	91	55
MA	Bacabal	1.946,44	3,8	325,04	4,9	4	5.055,29	62	23
MA	Barra do Corda	1.865,18	3,6	275,20	3,9	4	4.737,00	40	21
MA	Codó	1.794,53	3,4	275,04	4,3	4	4.176,93	58	16
MA	Paço do Lumiar	1.541,80	4,3	14,51	4,4	4	2.773,61	38	15
MA	São José de Ribamar	2.250,91	4,2	186,25	4,8	4	2.903,54	78	19
MA	Timon	2.162,59	3,8	404,96	6,9	4	4.602,00	85	16
MG	Caratinga	3.455,34	5,6	433,28	5,4	4	8.028,63	172	19
MG	Conselheiro Lafaiete	2.721,51	5,7	418,42	5,2	3	7.695,90	165	8
MG	Coronel Fabriciano	3.527,77	5,3	173,94	5,3	3	6.983,08	146	19
MG	Ibirité	2.338,73	4,9	327,70	5,9	3	6.736,11	106	40
MG	Itajubá	3.839,48	5,8	245,95	5,5	3	16.051,16	278	10
MG	Passos	3.056,90	6,1	299,18	6,6	2	11.149,39	234	11
MG	Ribeirão das Neves	2.923,83	5,0	277,94	5,8	4	5.780,44	94	36
MG	Sabará	2.962,79	4,9	231,68	4,6	3	7.959,76	114	6
MG	Santa Luzia	3.305,80	5,1	333,50	4,8	3	8.800,67	145	39
MG	Ubá	4.433,27	6,0	233,63	5,4	3	10.719,78	257	17
MG	Vespasiano	2.721,99	5,1	236,94	5,5	3	10.536,14	144	38
MT	Cáceres	2.971,90	4,6	196,46	4,1	4	9.696,61	136	37
MT	Várzea Grande	3.394,73	4,6	289,64	4,4	3	11.877,05	158	54
PA	Abaetetuba	2.077,97	3,6	216,47	4,0	4	3.233,57	47	21
PA	Altamira	1.925,47	4,7	300,55	4,7	4	6.140,53	103	53
PA	Ananindeua	2.249,49	4,0	209,82	4,5	2	6.871,84	120	108
PA	Bragança	2.378,58	3,4	158,55	4,3	4	3.380,89	47	19
PA	Breves	1.958,25	2,7	222,55	3,6	4	3.234,31	60	15
PA	Castanhal	2.243,49	3,7	313,47	4,7	4	7.024,88	166	56
PA	Itaituba	1.557,49	3,5	185,97	3,6	4	6.200,16	86	29

UF	Municípios	Demografia				Receitas			
		População 2010	Taxa anual de crescimento da população 2000-2010	População com menos de 15 anos - 2010	População urbana em extrema pobreza - 2010	Receita corrente per capita 2010	Receita tributária per capita 2010	FPM per capita 2010	ICMS per capita 2010
em R\$ 1,00 ¹									
PA	Marituba	108.246	3,8%	28,8%	7,9%	1.011,13	46,45	197,96	112,04
PA	Santarém	294.580	1,2%	31,6%	10,2%	914,75	70,63	179,28	78,50
PB	Patos	100.674	0,9%	25,0%	8,4%	940,32	68,16	250,60	102,96
PB	Santa Rita	120.310	0,4%	26,7%	12,0%	994,26	69,74	237,66	219,38
PE	Abreu e Lima	94.429	0,6%	23,8%	8,9%	807,03	50,62	285,55	272,12
PE	Camaragibe	144.466	1,2%	23,1%	8,1%	1.068,77	82,56	404,23	68,57
PE	Caruaru	314.912	2,2%	24,8%	7,0%	999,50	140,53	191,15	186,76
PE	Garanhuns	129.408	0,9%	26,6%	12,8%	1.024,36	95,40	250,04	200,85
PE	Igarassu	102.021	2,2%	25,4%	11,7%	1.010,90	43,90	264,30	319,42
PE	Jaboatão dos Guararapes	644.620	1,0%	23,9%	9,4%	927,77	160,92	93,38	352,14
PE	Olinda	377.779	0,3%	22,0%	8,2%	893,09	176,07	159,34	166,82
PE	Paulista	300.466	1,4%	22,5%	7,9%	802,68	93,61	200,34	143,96
PE	Petrolina	293.962	3,0%	28,3%	6,4%	1.068,97	102,51	204,77	188,75
PE	Santa Cruz do Capibaribe	87.582	4,0%	26,7%	5,7%	789,72	58,86	266,82	117,34
PE	São Lourenço da Mata	102.895	1,3%	24,9%	13,3%	829,92	41,52	262,06	121,25
PE	Vitória de Santo Antão	129.974	1,0%	24,6%	13,2%	837,32	56,61	235,12	163,33
PI	Parnaíba	145.705	1,0%	25,2%	10,8%	924,65	72,66	387,34	120,35
PR	Almirante Tamandaré	103.204	1,6%	27,6%	2,3%	522,43	92,12	261,23	61,48
PR	Arapongas	104.150	2,0%	21,1%	1,2%	1.123,67	217,68	276,11	307,28
PR	Cambé	96.733	0,9%	22,0%	1,4%	1.106,35	196,29	278,70	310,06
PR	Campo Largo	112.377	1,9%	23,4%	1,7%	1.116,00	190,11	255,90	208,81
PR	Colombo	212.967	1,5%	26,2%	1,5%	1.063,75	172,96	220,01	143,33
PR	Fazenda Rio Grande	81.675	2,7%	28,4%	2,5%	935,38	146,76	286,07	75,07
PR	Guarapuava	167.328	0,8%	25,4%	2,9%	1.023,21	199,11	280,02	236,20
PR	Piraquara	93.207	2,5%	27,3%	1,7%	957,24	126,92	269,96	283,20
PR	Sarandi	82.847	1,5%	24,1%	2,7%	750,75	111,57	303,72	65,89
RJ	Belford Roxo	469.332	0,8%	24,9%	6,2%	901,47	104,69	81,84	166,63
RJ	Mesquita	168.376	..	22,7%	3,9%	995,62	98,23	228,11	180,74
RJ	Nilópolis	157.425	0,2%	20,6%	2,3%	1.030,18	144,34	243,98	139,48
RJ	Nova Iguaçu	796.257	-1,4%	24,0%	5,7%	935,68	151,30	48,24	146,53
RJ	Queimados	137.962	1,2%	25,4%	6,2%	984,52	103,63	187,30	178,85
RJ	São Gonçalo	999.728	1,2%	20,7%	3,2%	698,59	120,50	40,84	125,65
RJ	São João de Meriti	458.673	0,2%	22,8%	3,3%	734,25	114,42	83,74	111,90
RN	Parnamirim	202.456	5,0%	23,8%	4,3%	1.121,37	201,57	289,28	208,57
RO	Ji-Paraná	116.610	0,9%	25,5%	4,2%	1.100,85	167,05	177,00	345,38
RS	Alvorada	195.673	0,6%	26,2%	3,1%	878,20	84,53	213,06	99,41
RS	Uruguaiana	125.435	-0,1%	26,0%	4,0%	1.029,55	173,62	208,59	246,98
RS	Viamão	239.384	0,5%	24,5%	2,9%	932,23	90,33	174,16	172,11
SE	Itabaiana	86.967	1,2%	26,5%	8,4%	987,87	90,20	270,39	119,51
SE	Lagarto	94.861	1,3%	26,8%	10,3%	1.055,75	62,26	265,60	110,00
SE	Nossa Senhora do Socorro	160.827	2,0%	28,8%	9,3%	836,81	82,26	319,02	152,88
SP	Carapicuíba	369.584	0,7%	24,3%	3,8%	697,40	145,18	107,64	180,02
SP	Ferraz de Vasconcelos	168.306	1,7%	26,0%	4,1%	1.084,24	137,44	236,37	209,06
SP	Francisco Morato	154.472	1,5%	28,0%	6,6%	1.144,02	117,67	257,54	124,19
SP	Franco da Rocha	131.604	2,0%	24,0%	4,7%	1.105,67	174,07	222,33	286,65
SP	Itaquaquecetuba	321.770	1,7%	27,8%	5,8%	1.003,09	162,98	123,64	225,46
TO	Araguaína	150.484	2,9%	26,8%	4,3%	1.020,25	140,39	171,96	189,68
g100		21.451.070	1,4%	25,1%	6,1%	958,40	158,89	187,48	161,25
Acima de 80 mil hab. sem g100		110.986.289	1,3%	22,0%	3,1%	1.975,12	594,79	149,99	461,14
Total dos municípios do Brasil		190.755.799	1,2%	24,1%	5,4%	1.678,74	351,47	304,56	371,32

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Secretaria do Tesouro Nacional; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Instituto Sangari. Notas: ¹em R\$ 1,00 - corrigido pelo IPCA médio de 2011; ²em R\$ 1,00 - correntes.

UF	Municípios	Educação		Saúde			Perfil econômico		Violência
		Despesa com educação por aluno 2010	Ideb das séries iniciais do Ensino Fundamental 2009	Despesa com saúde per capita 2010	IDSUS 2011	Grupo homogêneo no IDSUS	PIB per capita 2009	Número de emprego por mil habitantes 2010	Taxa média de homicídio por 100 mil habitantes 2008-2010
PA	Marituba	1.774,22	4,0	290,21	4,4	4	4.792,22	123	81
PA	Santarém	2.006,58	4,2	237,01	4,9	4	5.993,82	113	5
PB	Patos	2.437,06	3,9	404,28	4,2	4	6.110,62	98	57
PB	Santa Rita	2.896,72	3,3	222,77	5,0	4	9.463,79	163	51
PE	Abreu e Lima	2.738,01	3,6	281,84	4,9	4	7.913,12	104	50
PE	Camaragibe	2.773,40	3,7	427,42	4,8	4	4.281,55	69	37
PE	Caruaru	2.727,11	3,9	272,15	4,6	2	7.685,96	186	59
PE	Garanhuns	3.223,52	3,7	254,03	5,2	4	7.336,01	125	43
PE	Igarassu	1.928,97	3,7	121,09	5,7	6	10.367,97	180	47
PE	Jaboatão dos Guararapes	3.294,47	3,8	213,27	5,3	2	10.965,81	145	54
PE	Olinda	3.052,61	3,4	238,56	5,4	4	6.885,26	214	49
PE	Paulista	4.059,73	3,5	204,63	5,2	4	6.122,71	110	42
PE	Petrolina	2.671,53	3,9	324,37	5,1	4	7.767,49	174	38
PE	Santa Cruz do Capibaribe	2.079,74	4,2	227,63	3,5	4	4.668,08	118	38
PE	São Lourenço da Mata	2.155,12	3,6	178,84	4,7	6	4.184,86	78	28
PE	Vitória de Santo Antão	2.419,53	3,7	186,19	5,9	4	7.872,38	129	56
PI	Parnaíba	2.140,55	3,9	211,86	4,1	4	5.202,21	105	20
PR	Almirante Tamandaré	2.535,58	4,2	103,31	5,7	4	5.599,42	109	74
PR	Arapongas	3.301,11	6,1	224,81	6,4	2	18.420,02	324	20
PR	Cambé	4.245,83	5,5	331,29	6,9	3	15.809,61	199	23
PR	Campo Largo	3.350,15	5,2	238,65	6,8	2	11.939,90	225	39
PR	Colombo	2.616,08	5,0	191,05	6,5	3	8.762,59	176	48
PR	Fazenda Rio Grande	2.443,19	4,7	199,70	5,9	4	5.908,74	118	56
PR	Guarapuava	2.862,17	5,1	230,09	6,1	3	14.492,31	217	22
PR	Piraquara	3.197,85	4,6	170,86	5,9	4	5.140,40	82	91
PR	Sarandi	2.477,69	5,0	171,43	4,8	3	6.844,57	134	35
RJ	Belford Roxo	2.784,55	3,6	233,72	3,6	4	8.848,28	66	20
RJ	Mesquita	3.428,09	4,1	291,94	4,7	5	8.949,32	82	14
RJ	Nilópolis	3.394,36	3,7	311,26	4,0	3	9.552,38	117	24
RJ	Nova Iguaçu	3.429,75	3,9	308,03	4,4	2	12.001,43	118	38
RJ	Queimados	3.200,56	3,8	209,21	4,5	4	8.875,33	103	20
RJ	São Gonçalo	3.445,20	3,8	212,35	4,2	2	9.618,18	101	30
RJ	São João de Meriti	2.770,01	3,9	187,52	4,0	3	8.721,45	121	27
RN	Parnamirim	2.316,84	4,0	333,77	4,7	3	9.697,83	165	21
RO	Ji-Paraná	3.982,94	4,5	349,18	4,0	3	12.019,44	193	23
RS	Alvorada	3.389,20	4,2	120,18	6,4	4	6.070,45	83	44
RS	Uruguaiana	4.351,25	4,6	266,44	5,4	3	18.247,82	168	14
RS	Viamão	3.550,01	4,2	125,61	5,3	3	7.678,89	78	39
SE	Itabaiana	3.170,13	3,6	318,85	5,2	4	7.657,70	127	49
SE	Lagarto	2.562,92	3,7	294,75	4,6	4	6.479,67	100	28
SE	Nossa Senhora do Socorro	2.918,19	3,6	230,99	5,8	4	8.836,10	95	34
SP	Carapicuíba	4.835,92	5,1	209,34	4,6	3	8.302,01	112	19
SP	Ferraz de Vasconcelos	3.427,19	4,7	168,10	4,9	3	8.205,42	116	17
SP	Francisco Morato	3.702,92	4,7	262,31	5,3	4	5.592,94	55	23
SP	Franco da Rocha	4.086,37	5,1	299,19	5,5	3	11.888,18	108	21
SP	Itaquaquecetuba	3.947,76	4,5	188,32	4,8	3	8.891,50	123	37
TO	Araguaína	3.998,55	4,8	326,54	6,6	2	10.515,72	166	50
g100		2.808,05	..	266,05	8.687,56	152	42
Acima de 80 mil hab. sem g100		4.770,59	..	490,28	24.669,90	334	32
Total dos municípios do Brasil		3.637,70	..	411,60	16.915,35	231	27

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil: Dados Contábeis dos Municípios: 2002-2010.** Disponível em: <http://stn.gov.br/estados_municipios/index.asp> Acesso em: outubro de 2011.

_____. Ministério da Saúde. **Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde.** Disponível em: <<http://saladeinformacao.saude.gov.br/cartogramas/sage/abremapa.php?id=1>>. Acesso em: 05 de março de 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS Estabelecimento: 2002-2010.** Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>> Acesso em: fevereiro de 2012.

_____. Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa nº 101, de 18 de novembro de 2009. Aprova, para o exercício de 2010, os coeficientes a serem utilizados no cálculo das quotas para a distribuição dos recursos previstos no art. 159, inciso I, alíneas a e b da Constituição Federal e da Reserva instituída pelo Decreto-lei nº 1.881, de 27 de agosto de 1981. Disponível em: <<http://www.tcu.gov.br/Consultas/Juris/Docs/judoc/DN/20091120/DNT2009-101.doc>>

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: Características da população e dos domicílios - Resultados do universo.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 270 p. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios: 2005-2009.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 213 p. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005_2009/pibmunic2005_2009.pdf>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **Regiões de Influência das Cidades: 2007.** Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 201 p. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em: fev. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sistema de Consulta a Matrícula do Censo Escolar: 1997/2011.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **EDUDATABRASIL: Sistema de Estatísticas Educacionais.** Disponível em: <<http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>>. Acesso em: fev. 2012.

_____. **IDEB: Resultados e Metas.** Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: fev. 2012.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **2011 Global Study on Homicide: Trends, Contexts, Data.** Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/Homicide/Globa_study_on_homicide_2011_web.pdf>. Acesso em: mar. 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil.** São Paulo: Instituto Sangari, 2012. Disponível em: <<http://www.sangari.com/mapadaviolencia/>>. Acesso em: fev. 2012.

Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo

Centro multiinstitucional para análise e reflexão sobre a agenda e os desafios do consorciamento público, inovação no federalismo brasileiro, disseminando

INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO



Debates, seminários, colóquios, pesquisas, publicações sobre experiências associativas e arranjos institucionais de cooperação e coordenação intergovernamentais.



www.fnp.org.br – (61) 3044 9800

Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo / Rua do Arouche, 23, 3ª SL - São Paulo (SP) – ocpf@fnp.org.br – Telefone: (11) 2137-8104

Realização:



www.fnp.org.br

Elaboração



www.aequus.com.br